

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DEBORA URIAS OZÓRIO**

**POLÍTICA EXTERNA, REAPROXIMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:  
AS RELAÇÕES BRASIL-CUBA (2003-2010)**

**SANTANA DO LIVRAMENTO**

**2018**

DEBORA URIAS OZÓRIO

**POLÍTICA EXTERNA, REAPROXIMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:  
AS RELAÇÕES BRASIL-CUBA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Balardim

SANTANA DO LIVRAMENTO

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pela autora através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

O99p

Ozório, Débora Urias

Política externa, reaproximação e desenvolvimento: as relações Brasil-Cuba  
(2003-2010) / Débora Urias Ozório.

71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Cuba. 2. política externa. 3. relações Brasil-Cuba. I. Título.

DEBORA URIAS OZÓRIO

**POLÍTICA EXTERNA, REAPROXIMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:  
AS RELAÇÕES BRASIL-CUBA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Rafael Balardim  
Orientador  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Rafael Vitória Schmitdt

---

Prof. Msc. Bernardo Muratt

Aos meus amados pais, Cristina e Vanderlei.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar os momentos mais difíceis desta caminhada, e que em todos os outros momentos da minha vida tem sido sempre o melhor mestre que eu poderia ter.

Aos meus familiares que viveram e colaboraram comigo em cada momento de descoberta desde que ingressei na Universidade, principalmente minha mãe que sempre foi uma guerreira, amiga e meu porto seguro, que não mediu esforços para que eu tivesse as melhores condições de estudo.

Agradeço também ao meu namorado Geison, que de uma forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando principalmente nos momentos finais deste trabalho.

A esta Universidade, professores e funcionários que contribuíram para meu crescimento profissional.

Ao meu orientador, profissional excelente, que tem toda minha admiração, quem muito me ajudou, acreditou em mim, não somente na construção deste trabalho, mas principalmente na criação do PAMPEANO, o meu maior feito nestes anos dentro da Universidade, motivo de todo meu orgulho e satisfação.

Aos meus amigos que se fizeram presentes e entenderam minhas ausências durante este tempo. Especialmente minha colega Lara Leite, companheira de trabalhos e amiga, que me ouviu, ajudou e incentivou bastante nestes últimos semestres.

Por fim, mas com a mesma importância, agradeço a toda equipe PAMPEANO, que adotou e fez acontecer meu sonho de realmente dar frutos enquanto universitários, dentro da comunidade em que estamos inseridos, somando e compartilhando conhecimentos, trazendo ainda mais jovens para a Universidade que é sua por direito.

## RESUMO

O processo de globalização, atualmente, pode ser considerado um elemento essencial à vida em sociedade. Foi por meio da globalização, que os Estados identificaram a necessidade de trabalhar em conjunto por objetivos em comum. O Brasil, foi considerado a partir do final do século passado, liderança regional da América Latina, trabalhou pelo seu crescimento, mas também ajudou outros países em desenvolvimento a atingirem seus objetivos, por meio de suas estratégias de política internacional. Este trabalho tem como objeto de pesquisa, as relações bilaterais estabelecidas entre Brasil e Cuba, no período de 2003 a 2010. Pretende-se analisar o tema, considerando elementos como, a globalização, a política externa, e a diplomacia dos governos exercidos nos dois países durante o período supracitado. Objetiva-se compreender a história da relação entre Brasil e Cuba, assim como a importância dessa aproximação, e os interesses de cada nação nessa relação. Para isso, utiliza-se da metodologia de pesquisa qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, com fins descritivos.

**Palavras-chave:** Relações Internacionais; Diplomacia; Brasil; Cuba; Relações Bilaterais.

## **ABSTRACT**

### **FOREIGN POLICY, RAPPROCHEMENT AND DEVELOPMENT: RELATIONS CUBA-BRAZIL BETWEEN 2003 AND 2010**

The process of globalization today can be considered an essential element of life in society. It was through globalization that States have identified the need to work together for common goals. Brazil has been considered, since the end of nineteenth century, a regional leadership. Working for its growth, but also helping other developing countries to achieve their goals through their international policy strategies. This paper aims to research the bilateral relations established between Brazil and Cuba, from 2003 to 2010. The aim is to analyze the issue, considering elements such as globalization, foreign policy, and diplomacy of the governments exercised in the two during the period mentioned above. The objective is to understand the history of the relationship between Brazil and Cuba, as well as the importance of this approximation, and the interests of each nation in this relationship. For this, the methodology of qualitative research, based on bibliographic research, is used for descriptive purposes.

**Keywords:** International Relations; diplomacy; Brazil; Cuba; Bilateral Relations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2: <b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA CUBA (em milhões de \$/FOB)</b> .....	49
Figura 3: <b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CUBA (em milhões de \$/FOB)</b> .....	50
Figura 4: <b>SALDO COMÉRCIO BRASIL E CUBA (em milhões de \$/FOB)</b> .....	51

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: <b>RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CUBA (2003-2010)</b> .....	48
--	----

## LISTA DE SIGLAS

<b>AIEA</b>	Agência Internacional de Energia Atômica
<b>ALADI</b>	Associação Latino Americana de Integração
<b>ALALC</b>	Associação Latino Americana de Livre Comércio
<b>ALBA</b>	Alternativa Bolivariana para as Américas
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento
<b>CAN</b>	Comunidade Andina de Nações
<b>CARICOM</b>	Mercado Comum Caribenho
<b>CELAC</b>	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>COMECOM</b>	Conselho para Assistência Econômica Mutua
<b>CSS</b>	Cooperação Sul-Sul
<b>CTPD</b>	Cooperação Técnica Para o Desenvolvimento
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FUNAG</b>	Fundação Alexandre de Gusmão
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MCCM</b>	Mercado Comum Centro Americano
<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento e Comercio Exterior
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>MRE</b>	Ministério de Relações Exteriores
<b>OACI</b>	Organização da Aviação Civil Internacional
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAC</b>	Plano de Aceleração do Crescimento
<b>PAEG</b>	Programa de Ação Econômica do Governo
<b>PCC</b>	Partido Comunista Cubano
<b>PEI</b>	Política Externa Independente
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PND</b>	Plano de Desenvolvimento Nacional
<b>PSI</b>	Processo de Substituição das Importações
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UNASUL</b>	União das Nações Sul Americanas

<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>ZDIM</b>	Zona de Desenvolvimento Integral Mariel

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>16</b>
<b>3. BRASIL .....</b>	<b>24</b>
<b>4. CUBA.....</b>	<b>36</b>
<b>5. A RELAÇÃO BRASIL-CUBA .....</b>	<b>42</b>
5.1 Histórico das relações bilaterais Brasil-Cuba .....	42
5.2 Relações comerciais.....	47
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE II .....</b>	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o fim da Guerra Fria, com a desintegração de sistema internacional baseado na bipolaridade, teve início a nova ordem mundial. Essa mudança provocou uma série de dúvidas às nações, que não sabiam como seria lidar com uma nova configuração do sistema internacional. A nova ordem foi apresentada por meio do fenômeno da globalização.

O cenário globalizado trouxe consigo a ideia de que os países não poderiam mais responder isoladamente sobre suas ações, mas sim se pensassem nas consequências que estas teriam para a vida em sociedade internacional. Apresentando também a noção de interdependência entre os países, que se tornaram incapazes de suprir sozinhos as necessidades de sua população, a não ser por meio do estabelecimento de relações de cooperação internacional. O fenômeno da globalização trabalha diretamente com a lógica da regionalização, levando as relações internacionais a um novo ordenamento territorial, econômico e político.

Com os países da América Latina não foi diferente, todos ficaram preocupados em superar a condição de países marginalizados, e em criar estratégias políticas de inserção no cenário mundial globalizado, sanando as demandas internas e dando resposta às novas demandas e pressões do mundo globalizado. Na esfera política, países latino-americanos optaram por transformar-se por meio da redemocratização de seus regimes, no âmbito econômico preocuparam em modernizar-se para viabilizar a abertura econômica e, no âmbito internacional, a preocupação foi em atender os requisitos para inserção internacional, ou seja, os países impulsionaram a integração regional. As ações no cenário internacional seguiam a lógica de cooperação. E nesse contexto, as relações bilaterais Brasil-Cuba foram marcadas pela geração de expectativas e consolidação de políticas externas de inserção internacional, fundamentais para o desenvolvimento.

Considera-se o tema de grande relevância uma vez que ao longo da história das sociedades nota-se que, apesar de os Estados possuírem funções diferentes dentro sistema internacional, não significa que sejam posições antagônicas, pois por muitas vezes um precisou do outro para que sua função no cenário mundial fosse realizada. A relação entre os dois países tem ganhado importância desde o início do século. Mas o seu auge pode ser considerado a partir do ano de 2003, quando no Brasil assumiu a presidência o senhor Luís Inácio Lula da Silva.

A problemática deste trabalho é, qual o impacto da política externa brasileira nas relações bilaterais entre Brasil e Cuba? Sob a hipótese de que o governo brasileiro, durante o período proposto (2003-2010), utilizou-se de meios de colaboração para com Cuba, especialmente

porque um dos principais focos do trabalho do ex-presidente Lula era a cooperação e iniciativas de política externa basicamente pautadas sobre alianças estratégicas para o desenvolvimento nacional e internacional.

Para responder à questão do papel da política externa do governo Lula (2003-2010) nas relações Brasil-Cuba, o presente trabalho objetiva explicar essas relações bilaterais entre os países durante os anos abrangidos pelo período selecionado. Especificamente, esta pesquisa pretendeu apontar os aspectos gerais da economia e diplomacia de cada país, expor estatísticas de política externa e balança comercial do Brasil e de Cuba, e descrever as relações bilaterais entre os países durante os anos de 2003 até 2010.

As relações entre Brasil e Cuba que, oficialmente haviam sido rompidas no ano de 1964 pelo próprio governo brasileiro, foram reestabelecidas vinte e dois anos depois quando se deu o fim da ditadura militar no país. Após o reestabelecimento, foram sendo mantidas de forma discreta e se efetivaram em 2003 quando foram assinados os primeiros instrumentos de cooperação bilateral entre os países, tornando real a parceria e mostrando a intenção das partes em estabilizar e dar longevidade ao relacionamento.

Por esse ângulo, o trabalho procurou analisar as relações entre as duas nações no século XXI, ressaltando as mais diversas dimensões envolvidas nessa aproximação ao longo do tempo. Para tanto, buscou-se compreender a profundidade da relação dentro do período proposto e sua ligação com os princípios gerais de política externa desenvolvidos por cada uma das nações, a fim de estabelecer seu lugar no sistema internacional. E ainda, as principais características e consequências positivas e negativas resultantes desta relação.

O trabalho é composto por cinco capítulos. Este primeiro que trata de uma breve introdução ao tema e ao próprio trabalho. Um segundo capítulo de considerações teóricas que nos permitem entender como foi possível que essa relação entre Brasil e Cuba se estabelecesse ao longo dos anos, que nos mostra o cenário internacional em que ocorreram as primeiras manifestações do interesse de um país pelo outro, que explica os ideais e teorias que permeavam a região nas ocasiões dos encontros entre os países.

O terceiro capítulo trabalha a especificidade da história brasileira, principalmente sua formação política e ainda mais a fundo as atividades de sua política externa, em que estava pautada, quais eram os principais interesses, como era apresentada, e mais especificamente como foi desenvolvida durante o governo Lula e como ela trabalhava nos âmbitos regional e internacional.

O quarto capítulo expõe as características de Cuba, características de cunho social e econômico e também um pouco de sua história e, da história da Revolução Cubana, o que foi

mudado após esse acontecimento e de que maneira isso influenciou na formulação de sua política externa, a qual também é apresentada nesse mesmo capítulo.

Finalmente, o capítulo de número cinco trata especificamente da relação Brasil-Cuba. É apresentado um histórico desta relação desde o princípio, passando pelo período de rompimento e ainda os detalhes do reestabelecimento anos depois. Detalhes históricos, políticos, econômicos e comerciais igualmente importantes para o aprofundamento e manutenção desta relação, a ponto de permitir que os dois países tivessem seus ganhos e obtenção de seus objetivos a partir da aproximação, assim como também alguns momentos de ganhos um pouco menores ou restritos.

E, por último, o capítulo das considerações finais, onde podemos retomar os principais conteúdos deste trabalho, e observar os resultados da pesquisa. Entendendo o valor desta relação para cada uma das partes envolvidas.

O trabalho é estruturado com base no método dedutivo, pois parte de um caso particular, a dinâmica da experiência política bilateral entre Brasil e Cuba no período do Governo petista de Lula. A pesquisa foi feita por meio de um cunho teórico, utilizando o método histórico, e para levantamento de dados, serão utilizadas fontes secundárias de documentação indireta, como- livros, textos, vídeos, revistas e documentos oficiais.

## 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo serão expostos os conteúdos norteadores desta pesquisa, apresenta o desenvolvimento da fundamentação teórica, por meio da abordagem de tópicos de extrema relevância para o entendimento quanto à pesquisa.

O mundo configurado como um sistema global, é um dos acontecimentos de maior significado desde o início do século XXI. Seja no âmbito político, econômico ou social, marcou uma nova fase da história humana, além do mais, “um novo paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea” (SANTOS, 1997, p.48).

Portador de seu novo status, o planeta tornou-se território de todo o mundo (GIDDENS, 2000), fazendo da globalização algo que não apenas é novo, mas que pode revolucionar, uma vez que as mudanças que afetam a humanidade não estão presas em uma zona isolada do globo, elas afetam a humanidade como um todo, de certa forma as consequências são vividas um pouco em cada parte. Desencadeando esta surpreendente redefinição do mundo, o fenômeno da globalização é caracterizado por gerar uma maior interdependência político econômica no âmbito global (KEOHANE; NYE, 1989).

A globalização é definida por cada área do conhecimento a partir de seus próprios critérios (OLIVEIRA; LESSA, 2006), como, por exemplo, a economia, que caracteriza o fenômeno baseado na aceleração dos fluxos comerciais e financeiros. Sendo compreendida, “antes de mais nada, como um produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo, numa sociedade moldada pelo fetichismo da mercadoria” (OLIVEIRA; LESSA, 2006, p.7).

Em seu sentido mais amplo, a expressão globalização implica considerar a totalidade dos fenômenos sociais, e isso faz com que tal expressão seja cada vez mais facilmente identificada, porém, dificilmente definida, sendo utilizada tanto como instrumento de revelação da realidade a ser compreendida, quanto como discurso ideológico, provocando aceitação ou reprovação do fenômeno por parte dos atores. Observando qualquer hipótese,

Constata-se a afirmação de uma nova sociedade internacional, caracterizada pelo constante e seletivo fluxo de valores e por uma ordem econômico-financeira internacional cuja filosofia e estrutura transcendem, contrapõem-se ao Estado, ou dele prescindem. (SEITENFUS, 2004, p.174).

Aos Estados, esta globalização concedeu novos contornos e significados, como aos conceitos básicos de soberania e legitimidade, uma vez que o Estado perde capacidade de tomar decisões à parte do Sistema Internacional, ou de prover as necessidades da sua população sem

considerar a cooperação internacional (KRASNER, 2000; SASSEN, 2001). Isso tudo dá ao fenômeno da globalização uma conexão direta com a dinâmica da regionalização, oferecendo condições de interação e de organização social, em um ordenamento das relações de território e espaço político-econômico.

Movida por uma demanda global, ou seja, que não se restringe à um único espaço ou território de Estado, Seitenfus (2004) apresenta quatro definições a serem consideradas a respeito da globalização. A primeira definição, diz respeito especialmente as trocas internacionais, assunto de responsabilidade e gerencia das empresas transnacionais, onde a globalização e a tecnologia seriam os principais aspectos modeladores das relações internacionais. Em todos os lugares seriam vendidas as mesmas mercadorias, nos mesmos níveis e aos mesmos preços. “Essa fase de globalização dos mercados sucedeu à que previa a venda de produtos obsoletos dos mercados centrais aos países em desenvolvimento”. (p.175)

A próxima, tratava sobre o desenvolvimento da produção mundial, a globalização teve sua noção estendida para o âmbito das pesquisas desenvolvimento. A forma de gestão, seria totalmente integrada. Primeiro as empresas exportariam produtos de sua base nacional, em um segundo momento, seria estabelecido um sistema de venda e, por último, um sistema de produção. A mobilidade se daria de forma extrema entre comércio, investimentos, finanças e pesquisas de desenvolvimento.

A partir do momento em que as empresas transnacionais definiram as regras que outrora eram impostas pelo mercado, passamos da gestão privada para a escolha de políticas econômicas e redefinição do papel das organizações nacionais. Esse ponto de vista, evidenciava o caráter irreversível da globalização e as dificuldades que a serem enfrentadas pelos governos diante das articulações das grandes empresas.

E em uma visão mais geral, a quarta definição apresentada pelo autor, trata da transformação da economia a partir do capitalismo comercial. Uma visão mais geral e sistêmica, que indica que os governos perderam a influência sobre o crescimento da economia nacional e que os territórios que adotaram o modelo apresentam grande interdependência e sua identidade como organizador foi fragilizada, considerada apenas representativa.

Com efeito, considera-se a globalização um processo histórico do capitalismo manifesta em seus múltiplos aspectos, econômico, comercial e de comunicação, possibilitando o aumento da circulação financeira, incremento do comercio de bens, inovações e investimentos na área de tecnologia e informática, e as transformações, do bem cultural em produto, do criador em trabalhador, e das criações em mercadorias.

Tamanha abrangência e poder de expansão, fazem da globalização um movimento que desperta diferentes sentimentos, que vão desde euforia e satisfação, até preocupação e rejeição (CAMARGO, 1997). Esses sentimentos podem estar ligados à ideologia, ou até mesmo serem gerados pela noção de que os efeitos da globalização como a liberdade, a mobilidade, e velocidade da circulação do capital internacional variam de acordo com cada região.

Essa conjuntura ofensiva não foi diferente para os países da América Latina. Por um lado, a necessidade de superação da política marginalizada desde a Guerra Fria, e por outro lado, a preocupação em elaborar técnicas e mecanismos para sua inserção no cenário globalizado respondendo às demandas de seus grupos.

De modo geral, de acordo com Mariano,

Pode-se dizer que a estratégia dos países latino-americanos com esse propósito seguiu um plano comum, embora aplicado de forma diferenciada: na esfera política optaram pela democratização dos regimes; na econômica, adotaram um receituário neoliberal, marcado por um novo papel para o Estado e pela liberalização econômica (para nações como o Brasil, isso representou abandonar a sua política de desenvolvimento baseada no protecionismo e na substituição de importações); e no âmbito internacional, impulsionar projetos de integração regional. (MARIANO, 2007, p.3)

Com isso, o processo de integração regional passa a fazer parte da chamada governança global, uma nova forma de funcionamento dos governos que, ao passo que demonstraram comportamento similar com relação a alguns aspectos como redemocratização, adoção de políticas neoliberais, participação em movimentos de integração regional, também gerou posicionamentos distintos entre os Estados. Toda posição e estratégias assumidas pelos Estados não serviram apenas para sua inserção na nova ordem mundial<sup>1</sup>, mas, principalmente, fizeram parte da redefinição do papel do Estado perante a nova realidade, o que foi fundamental para a integração regional, que passa a assumir papel de suma importância à sobrevivência das nações.

A nova lógica de Estado é de que, o mesmo não pode ser considerado um ator isolado do sistema internacional, ou seja, cada vez mais os Estados e suas sociedades estão inseridos em redes e sistemas de interação mundial, o que os leva necessariamente a uma reorganização social, provocando mudanças estruturais e de relacionamento, e conseqüentemente, a uma nova disposição das “relações de poder entre e através das regiões” (MARIANO, 2007, p.131). A

---

<sup>1</sup> Designa-se como Nova Ordem Mundial à nova realidade emergente das relações políticas e econômicas internacionais contemporâneas. Nela, as humanidades da Terra percebem-se vivendo em um sistema mundial de produção de mercadorias, articulado e em movimento, do qual as economias desenvolvidas, subdesenvolvidas, socialistas e capitalistas fazem parte. Não há mais economias nacionais autônomas funcionando de maneira autônoma. Criou-se uma grande economia que está por cima da compreensão de nacionalidades. Além disso, essa Nova Ordem Mundial vem significando também uma explosão da miséria, da desordem, da exclusão e da fragmentação em determinados pontos do mundo (TASSARA; DAMERGIAN, 1996. p.295).

multiplicação de acordos de integração regional em um mundo globalizado, indica que as opções nacionais são mais plausíveis se fundamentadas na própria interdependência entre os países.

Em se tratando do processo integracionista na América Latina, Marra (2008), descreve a experiência em três fases distintas, tendo bons resultados apenas na terceira. A primeira fase teve início com a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) e do Mercado Comum Centro Americano (MCCM) nas décadas de 1950 e 1960, e fracassou por ser mediada pelos tecnocratas e não por políticos ou parlamentos. A próxima fase iniciou com a fundação da Comunidade Andina (CAN) e do Mercado Comum Caribenho (CARICOM), mas devido ao processo de militarização na região, também não teve êxito. Somente com a queda do processo de militarização e a transição para a democracia é que teve início a terceira fase, também marcada pela criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) que possibilitou o aumento dos fluxos comerciais extra e inter-regionais, e também a entrada de investimentos estrangeiros diretos nos países fundadores.

Já em 1970, Joseph Nye apresentou os tipos de organizações regionais e as doutrinas regionalistas a partir de suas observações de experiências europeias. Para revelar o desenvolvimento do processo de integração, Nye aponta quatro características principais. A primeira a politização, ou seja, a ampliação dos grupos de interesses envolvidos nas ações interacionais. Em segundo lugar, uma redistribuição de bem-estar e poder entre os Estados membros. Em terceiro, pondo em vista que haja consolidação do processo de integração, há também a diminuição das alternativas políticas a serem adotadas pelos países envolvidos. E, por fim, a adoção de medidas comuns em termos de política externa com relação a países que não participam dos acordos.

Considerando a diversidade no nível de desenvolvimento econômico e social, além dos fatores históricos específicos do perfil de cada país que compõe a região, pode-se dizer que a América Latina tem experimentado uma inserção internacional marcada por adversidades.

Entre os projetos de integração na América Latina destacam-se: CAN, Associação Latino Americana de Integração (ALADI), MERCOSUL, Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), e União das Nações Sul Americanas (UNASUL) e a Cooperação Sul-Sul (CSS).

A cooperação Sul-Sul teve início nas décadas de 1950 e 1960, com o movimento dos Não-Alinhados e o G77 durante o período da Guerra Fria. Os países em desenvolvimento perceberam que suas chances eram ainda maiores se trabalhassem em conjunto, se coordenassem suas ações e no lugar de estabelecer alianças com grandes potências, firmar

relações entre si. O surgimento de tal cooperação se tornou uma prática comum na arena internacional. Os países se mobilizaram em prol de uma nova ordem econômica internacional.

A temática da Cooperação Sul-Sul adquiriu destaque no âmbito mundial principalmente a partir da crise financeira de 2008, que teve maiores impactos nas economias dos EUA e da Europa, e menos impactos em países emergentes, o que significou uma presença maior no âmbito decisório internacional de países como a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). E essa crise foi associada ao neoliberalismo, quando foram colocadas em cheque as políticas de mercado, o que por consequência, trouxe à tona uma nova visão das relações internacionais. No caso da América do Sul, a questão da crise política das reformas neoliberais, já era uma consequência prevista (AYERBE, 2004), o que favoreceu a emergência de governos populares no Brasil, Chile, Equador, Argentina, Venezuela, Uruguai, Bolívia, em que também se colocou a perspectiva da busca por novos centros de intercâmbio econômico, e relações entre movimentos sociais, diplomacia cidadã, organizações internacionais.

Com relação a Cooperação Sul-Sul na política externa brasileira, deve-se considerar que nos anos 2000, esse fenômeno assume uma nova dimensão na política internacional brasileira, ou seja, a partir desta época as possibilidades de operacionalização desta política são mais adequadas, tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito internacional (RAMANZINI JUNIOR, 2010). Nesse mesmo período, do ponto de vista global há o questionamento da centralidade dos Estados Unidos no sistema internacional, há também a emergência de novos países com capacidade de influenciar o sistema internacional, particularmente tem o caso da China. Ainda na primeira década dos anos 2000, a maioria dos países em desenvolvimento tem uma situação econômica favorável por conta do aumento do preço das *commodities* agrícolas e minerais. Do ponto de vista doméstico, o Brasil estava vivenciando um momento de maior estabilidade econômica, e de melhora da participação econômica do país. Tudo isso, certamente cria um ambiente muito mais favorável as políticas de CSS.

Durante a primeira década dos anos 2000, o Brasil também se insere mais efetivamente nas agendas de cooperação internacional para o desenvolvimento, e de certa forma, ele que como país que historicamente demandava ajuda do sistema internacional para o seu processo de desenvolvimento doméstico, nesse período de tempo então, o Brasil se coloca de forma retórica (RAMANZINI JUNIOR, 2010) como um país que tem condições de contribuir para o desenvolvimento de outros.

Do ponto de vista das ideias favoráveis a Cooperação Sul-Sul, quatro ideias se destacam, e relacionam-se entre si (RAMANZINI JUNIOR e AYERBE, 2015). A primeira delas é a de que a inserção brasileira no eixo Sul-Sul aumenta a capacidade do país de influenciar o sistema

internacional, e também em negociações internacionais específicas. Por trás dessa ideia está a noção de que para tal influência, o Brasil precisa contar a ajuda de outras nações, e daí parte então a relevância da cooperação e das relações Sul-Sul, assim como a formação de coalizões e articulações com outros países em desenvolvimento. A segunda ideia, é a ideia de projeção internacional do Brasil, no sentido de o Brasil ter uma maior projeção internacional não apenas na América Latina, mas também na Ásia, na África. Sendo ações de extrema importância para a colocação do país como um país que busca papel relevante no sistema internacional.

Um terceiro conjunto de ideias nessa perspectiva de que as relações Sul-Sul são de interesse do país, é que elas possibilitam o adensamento das relações bilaterais do Brasil com outros países em desenvolvimento. Isso se dá tanto do ponto de vista de acordos bilaterais, da cooperação ou do ponto de vista da abertura de representações diplomáticas de países em desenvolvimento. E a ideia é de que estreitando as relações bilaterais teria condições de influenciar o comportamento desses países, no sentido de alguma forma se conectarem com os objetivos internacionais do Brasil. E um quarto e último elemento, é que a CSS contribui para o aumento das exportações do Brasil e contribui também para uma maior internacionalização das empresas e das estruturas estatais das empresas.

Porém, nem para todas as ocasiões, cabe propor um processo de integração. Muitas vezes os países (inclusive o Brasil), pecam por tratar a integração como única corrente política da América Latina, desconsiderando o fato de que muitas vezes o que se encaixa melhor a determinados contextos, são políticas bilaterais para com cada um dos países vizinhos ou países envolvidos (MARRA, 2008).

Considerando o fato de que nenhum Estado é autossuficiente, os mesmos possuem uma interdependência entre si. Sendo assim, para que haja uma boa convivência na comunidade internacional, e para que sejam atingidos os objetivos nacionais, cada Estado cria suas estratégias de política externa. “Contudo, o tipo de interesse que determina a ação política em um determinado período da história, depende do contexto político e cultural dentro do qual é formulada a política externa” (MORGENTHAU, 2003, p.18).

A política externa, nada mais é do que o planejamento dos objetivos e interesses dos países. É uma política pública, isto é, um conjunto de medidas, posições e meios utilizados pelo governo de um Estado para projetar e guiar suas ações de política internacional. Os objetivos de uma política externa podem ser concretos, que visem por exemplo, negociações e estabelecimento de acordos comerciais, ou podem ser de cunho abstrato, como uma cooperação cultural ou política, ou ainda por meio da criação de fóruns de diálogo.

Entre os interesses dos Estados, muitos autores consideram como um dos principais, o equilíbrio de poder. Morgenthau (2003, p.321) afirma que cada nação estabelece sua política de preservação de equilíbrio e manutenção do status quo. Enquanto para Kenneth Waltz, a balança do poder pode ser reformulada sem que haja alterações na ordem do sistema internacional,

Da teoria, prevemos uma forte tendência em direção ao equilíbrio no sistema. A expectativa não é que um equilíbrio, uma vez alcançado, seja mantido, mas que um equilíbrio, uma vez interrompido, seja restaurado de uma forma ou de outra. As balanças do poder formam-se recorrentemente. Uma vez que a teoria descreve as relações internacionais como um sistema competitivo, prevemos mais especificamente que os estados exibirão características comuns aos competidores: nomeadamente, que se imitarão uns aos outros e se tornarão socializados no seu sistema (WALTZ, 2002, p.178).

A política externa de cada Estado é formulada, segundo Bull (2002), de acordo com os seus interesses, estando eles ou não de acordo com os interesses internacionais, admitindo-se por exemplo, que uma instituição nacional influencie o posicionamento de um Estado com relação a suas estratégias internacionais. Para mais, grupos políticos, sindicatos, instituições, e outros, também podem influenciar as articulações de política externa de uma nação. Cada Estado escolhe como agir, e a quem ou ao que dar preferência.

A maneira como se dão os acordos entre as nações, figura a diplomacia internacional que, sendo objeto de diplomacia, serve de mediadora, auxiliando no alcance dos objetivos por parte de seus Estados-Pátria.

A diplomacia entre os Estados é um fator indispensável no comércio internacional, pois opera como agente conservador destas relações. Destaca-se que, a importância da diplomacia no fortalecimento dos meios pacíficos de solução de controvérsias e na promoção do potencial nacional interno e externo é inegável, onde se utiliza da atuação coordenada na proteção de princípios e interesses nacionais. (SILVA *et al*, 2012, p.57).

A diplomacia é um mecanismo que age em questões estratégicas, de segurança, políticas, comércio, entre outras, utilizando-se de conhecimentos específicos para tal. Na definição de Raymond Aron, a diplomacia é a “arte de convencer sem usar a força” (2002, p. 73), direcionando o intercâmbio com outros Estados em benefício do interesse nacional. Para Bull (2002, p.187), diplomacia é “a gestão das relações entre Estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais”. À vista disso, para o autor as relações diplomáticas ocorrem tanto de Estado para Estado, quanto multilateralmente por meio das organizações internacionais. Semelhantemente, Magalhães (1997, p.13), assegura que “os múltiplos interesses que ligam os Estados entre si, como membros da comunidade internacional, levam-nos a estabelecer relações oficiais ou relações de Estado a Estado

(bilaterais) a que se chama relações diplomáticas”. Relações que se dão por meio de missões diplomáticas, onde se promove a representação dos interesses do Estado em território estrangeiro protegendo, negociando, informando e promovendo de fato, o estabelecimento de relações pacíficas entre os Estados.

É evidente que as relações entre os Estados se estendem ainda a muitos outros e variados domínios como sejam a saúde, o intercâmbio cultural, a cooperação financeira e econômica, a emigração, a cooperação científica e técnica [...], etc. Tudo isto, naturalmente, para além das relações de carácter essencialmente político, mais ou menos intensas, consoante a participação em agrupamentos políticos dos Estados, a sua vizinhança geográfica, as suas afinidades ideológicas, etc. (MAGALHÃES, 1982, p.28).

A atividade diplomática é regulamentada desde o Tratado de Viena, assinado neste mesmo lugar, no ano de 1815, e revisado no ano de 1961. O Tratado de Viena é internacionalmente conhecido, e reconhecido pelos países membros. Esse tratado outorga poderes e deveres aos diplomatas, e no que se refere ao Brasil, o tratado foi legitimado pelo poder legislativo brasileiro por meio do Decreto Legislativo nº 56.435, de 08 de junho de 1965. O diplomata é um funcionário do poder executivo da nação, e deve de forma cortês e sábia auxiliar a sua pátria na condução das relações exteriores e negócios internacionais.

O órgão brasileiro responsável pela política externa do país é o Ministério das Relações Exteriores (MRE). É ele que mantém e dá suporte às relações diplomáticas brasileiras. Foi criado no ano de 1808, no Rio de Janeiro, por Dom João VI (LAMPREIA, 1999), e atualmente situa-se em Brasília, no Palácio do Itamaraty. E tem por competências,

O controle sob a política internacional; as relações diplomáticas e serviços consulares; a participação nas negociações comerciais, econômicas, jurídicas, financeiras, técnicas e culturais com Governos e entidades estrangeiras; criação e manutenção de programas de cooperação interacional e de promoção comercial; bem como apoiar delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais (MRE, 2018, s/p).

Além disso, é o Itamaraty quem organiza as visitas oficiais ao Brasil de chefes de Estado e de Governo, e demais autoridades estrangeiras. Em suma, o Ministério das Relações Exteriores funciona assessorando o Presidente da República em tudo que diz respeito à formulação da política exterior do Brasil e suas relações diplomáticas com Estados e países estrangeiros.

### 3. BRASIL

A história da economia brasileira é marcada, praticamente pelas mesmas divisões presentes na história do Brasil, ela passou por diversos ciclos e, em cada ciclo um setor específico da sociedade foi explorado e privilegiado, provocando grandes alterações nas atividades econômicas e políticas e trazendo mudanças em todas as áreas da vida em sociedade. Neste capítulo, veremos como estas mudanças afetaram ou contribuíram na formulação da política externa brasileira ao longo dos anos e, principalmente durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva e ainda, trabalhando com as principais características desta política externa que podem ser identificadas como motivadoras da projeção regional e internacional brasileira, assim como também quais foram as medidas que colaboraram para o desenvolvimento do país.

A independência do Brasil foi declarada em 1822 por Dom Pedro I, que se tornou o primeiro imperador, sendo substituído por seu filho Dom Pedro II após nove anos de regência. Durante o século XVIII, o país se manteve por meio da prática do escambo com a Grã-Bretanha, que exportava produtos manufaturados e importava matérias-primas e alimentos brasileiros.

Até o início da Grande Depressão de 1930, o Brasil ainda não havia sentido necessidade de se industrializar, porém, com a queda da renda nacional, a falta de mão de obra qualificada e de posse de maquinário rudimentar, começou a dar seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento (FURTADO, 1991). O cenário internacional era de crise, mas o país resolveu se especializar na produção com o intuito de substituir as importações. O Estado tomou a condução da economia como sua responsabilidade, e sua intervenção preparou o país para enfrentar os desafios externos e internos que estavam por vir. Como nos conta Baer,

O Brasil passou por profundas mudanças socioeconômicas desde a Grande Depressão da década de 1930, e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial. Sua economia, durante séculos voltada para a exportação de uma pequena quantidade de produtos primários, foi dominada por um setor industrial amplo e diversificado em um espaço de tempo relativamente curto. (BAER, 2009, p.25).

Em 1930 Getúlio Vargas assumiu a presidência da República. Ele foi o presidente que governou por mais tempo na história do país, de 1930 a 1945 e, posteriormente de 1951 a 1954 (SOUZA, 2008). Logo depois, em 1937, Vargas instituiu o Estado Novo e outorgou a Constituição Federal, onde promoveu o nacionalismo e o populismo em prol de uma economia centralizada, autônoma e livre de investimentos estrangeiros. Durante seu governo foi adotado o modelo de Processo de Substituição das Importações (PSI), e a indústria de base, com infraestrutura necessária para ajudar diversos outros setores industriais a se desenvolverem. No seu governo foram estrategicamente criadas empresas estatais como, a Companhia Siderúrgica

Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, e na área de geração de energia a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco. A industrialização que só crescia, fez com que crescesse também a demanda por petróleo, então setores da sociedade brasileira influenciados pela política nacionalista, criaram a campanha “O Petróleo é nosso”<sup>2</sup>. Esses, além de todos os benefícios criados para a melhoria da vida do trabalhador, são os principais feitos do governo de Getúlio Vargas.

O governo seguinte foi de Juscelino Kubitschek. Ao assumir, JK lançou o plano de metas, considerado o plano de crescimento mais ousado da economia nacional (SOUZA, 2008). Esse plano concentrava-se em investimentos em infraestrutura, incentivo ao aumento da produção de bens de capital e bens intermediários, introdução de setores de bens de consumo duráveis e estímulo à produção de alimentos.

As políticas estabilizadoras e anti-inflacionárias implantadas pelos Presidentes da República, não foram suficientes para aumentar o nível de crescimento do país e, conseqüentemente ocasionaram a queda da economia nacional no ano de 1962.

Durante o período da liderança militar, a economia nacional seguia a linha desenvolvimentista que criou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), um programa para regulamentar as relações do país com organizações financeiras internacionais, um programa que previa a melhoria das relações do Brasil com países capitalistas, a diminuição dos desequilíbrios regionais, a retomada do desenvolvimento econômico, além do ajuste do déficit da balança de pagamentos e o controle da inflação, etc. (SANTOS, 2008). O controle do crédito, a emissão de moedas, e o controle também sobre o salário dos trabalhadores, a economia foi parcialmente estabilizada. Porém, se fazia novamente necessária a expansão monetária para que a economia nacional pudesse continuar crescendo. Mais uma vez, o país abriu espaço para investimentos externos, o que fez com que aumentasse ainda mais a dívida externa do país (LACERDA *et al*, 2000).

No ano de 1973 a crise do petróleo criada pelas retaliações dos países exportadores do oriente aos maiores importadores mundiais teve seu auge. Neste período o preço do petróleo atingiu valores fora de realidade e as economias que dependiam do produto, ficaram estagnadas. O governo Geisel (1974-1979) então decidiu que o endividamento nacional por meio de empréstimos internacionais era a saída para pagar pela importação do petróleo e colocar em

---

<sup>2</sup> Destacou-se Na época a campanha de “O Petróleo é nosso”, que defendia a nacionalização e o domínio estatal sobre a prospecção e extração do petróleo. A mobilização popular, deflagrada pelo Clube Militar, terminou fazendo com que a lei aprovada no Congresso (Lei nº2004), com base no substitutivo elaborado pelo deputado petebista Euzébio Rocha, tivesse não apenas criado a Petrobras, como propunha Getúlio, mas também estabelecido o domínio público d União sobre o Petróleo. (SOUZA, 2008, p.26)

prática o Plano de Desenvolvimento Nacional II. O segundo PND visava manutenção da geração de energia para o crescimento da economia.

A partir de 1981, o Brasil sofreu uma grande recessão devido aos aumentos contínuos da dívida externa. No ano de 1985 a inflação volta a crescer desenfreadamente pelo fato de que os salários haviam sido congelados e a produção agrícola havia sido prejudicada por uma época de secas e geadas (BAER, 2000). Neste ano também, o Brasil vivencia o fim da ditadura militar. A fim de estabilizar a economia nacional, o novo governo decretou o plano cruzado, que se fundamentava na desvalorização da moeda existente e no reajuste dos salários. O plano foi bem-sucedido, mas logo em seus seis primeiros meses apareceram problemas derivados do congelamento de preços e aumento de renda. No mesmo ano, houve então a implementação Plano Cruzado II como tentativa de reajustar os preços que estavam defasados. No próximo ano houve a aprovação do Plano Bresser que planejava conter o aumento da inflação criado pelo seu antecessor.

Com o insucesso do Plano Bresser, foi implantado mais um plano econômico, o Plano Verão, plano de curta duração iniciado em 1989, alterou a moeda nacional para o Novo Cruzado, igualando sua paridade com o Dólar Americano, e trabalhou com a ideia de aumentar os juros, e reduzir gastos públicos, mas também não logrou êxito.

O próximo presidente da República foi Fernando Collor de Mello, no ano de 1990. No dia seguinte a sua posse, o então presidente lança o seu primeiro plano econômico, o Plano Collor, que tinha objetivo de combater a inflação herdada dos governos anteriores. O plano previa a estabilização monetária por meio do bloqueio de movimentações da caderneta de poupança para valores acima de 50 mil cruzeiros, e também eliminava os incentivos fiscais às importações. O posicionamento do novo governo possibilitou a indústria nacional, um momento de modernização e reestruturação, e ofereceu aos consumidores produtos de qualidade e com preços diferenciados. O governo de Collor, porém, sofreu *impeachment* devido aos baixos índices que se seguiram durante seu governo, como a queda dos salários reais, o desgaste do governo pelos insucessos anteriores, o aumento no índice de desemprego, e também inúmeras denúncias de corrupção (LACERDA *et al*, 2000). O presidente que sucedeu foi Itamar Franco, que até então era vice-presidente de Fernando Collor de Mello.

[...] o fato pelo qual talvez seja mais lembrado o período de Itamar Franco no poder é o de elaboração do Plano Real, tendo o auxílio do então senador Fernando Henrique Cardoso, recém-empossado como ministro da Fazenda (Economia), que arregimentou uma equipe econômica disposta a enfrentar o problema da hiperinflação, que há mais de uma década assombrava as contas brasileiras, corroendo os ganhos da população.

Itamar havia nomeado até então três ministros, sendo que em nenhum momento os antecessores de Fernando Henrique obtiveram sucesso. (CANCIAN, 2008, p.1).

O Plano Real conseguiu reduzir a inflação nacional, e atingiu o objetivo que vinha sendo tão pleiteado, o de salvar a economia brasileira da hiperinflação. Tanto sucesso, deixou um cenário um pouco menos conturbado para Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu Presidente da República em 1995. Fernando Henrique Cardoso já havia ocupado outros cargos de semelhante importância como o de Ministro das Relações Exteriores, Senador e Ministro da Fazenda. FHC trabalhou sempre com o foco macroeconômico, marcado por elevações nas taxas de juros, supervalorização do real no mercado internacional e a abertura financeira do país (SOUZA, 2008).

No ano de 2003, depois de ter perdido as três últimas eleições, Luís Inácio Lula da Silva, se elegeu Presidente da República por dois mandatos consecutivos, 2003-2006 e 2007-2010. No governo do presidente Lula, em consequência dos desafios apresentados pelas transformações globais e da retomada dos debates acerca dos parâmetros da legitimidade internacional, houve uma tentativa de aumentar a representatividade e influência do Brasil nos órgãos internacionais como a ONU, OMC (Organização Mundial do Comércio) e FMI (Fundo Monetário Internacional). Afora a projeção de uma posição de destaque para o país nas discussões dos temas mais importantes da agenda internacional, a política externa brasileira trabalhou pelo fortalecimento do multilateralismo e das organizações internacionais, como principais meios de ordenamento da estabilidade global (RAMANZINI,2010).

A política externa do governo Lula da Silva, foi influenciada por mudanças que ocorreram no cenário global a partir dos anos noventa e que tiveram impacto para o fortalecimento do universalismo como modo de inserção internacional. Entre estas mudanças, vale destacar: 1) a intensificação do processo de unilateralismo do governo W. Bush (EUA- 2001-2008); 2) a ascensão da China; 3) a valorização das commodities agrícolas (2003); 4) a reorganização dos eixos de desenvolvimento mundial, o papel da Índia, da Rússia e da África do Sul; 5) o aumento dos fluxos de comércio para países que até então não eram pertinentes para o Brasil; 6) a importância dada pelo Brasil às negociações econômicas multilaterais, confirmado pela participação efetiva do país no G-20 financeiro (VIGEVANI e RAMANZINI JUNIOR, 2009).

Em um cenário formado, por um lado pela diminuição da capacidade econômica dos Estados Unidos após a crise financeira de 2008, e por outro lado pelo fortalecimento do significado de outros países e regiões, os formuladores da política externa brasileira, a ideia de que a atuação no mundo contemporâneo e na resolução de conflitos depende mais da negociação (RAMANZINI JUNIOR, 2010). Nessa perspectiva, passam a ser encarados temas

como terrorismo, tensões bilaterais, migrações, ilícitos transnacionais, conflitos internos aos Estados, e também a pobreza, um tema que foi tratado com especial significância durante o governo Lula.

Com uma política externa baseada na lógica da autonomia pela diversificação (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007), o país institucionalizou parcerias com regiões e países não-centrais, principalmente com Ásia e América Latina, como tentativa de aumentar o poder de negociação dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos, fazendo com que através das coalizões as necessidades dos países em desenvolvimento tivessem vez frente aos temas da agenda internacional. O governo brasileiro de Lula, teve papel fundamental para alavancar as relações do Brasil com todos os países da região latino-americana, incluindo Cuba.

Pode-se tomar por exemplo, a presença efetiva do Brasil na criação do G-20 comercial, que se resume em uma estratégia do governo para diminuir a capacidade impositiva dos países centrais. A artimanha brasileira buscou contrastar os interesses dos países ricos com as necessidades dos países em desenvolvimento, para que houvesse equilíbrio nas negociações, nas palavras de Ramanzini Junior (2010, p. 69) “equilibrou a atenção aos interesses dos países em desenvolvimento com forte *agribusiness*, como Brasil e Argentina, aos com agricultura familiar de subsistência, como Índia, China”.

“A política exterior do governo Lula, ao diversificar o comércio exterior, contribuiu fortemente para o aumento das exportações” (SOUZA, 2008, p.308), e, até meados de 2007, a economia nacional conseguiu manter-se estabilizada principalmente no que dizia respeito ao bom momento das *commodities* no cenário internacional. Porém, ao mesmo tempo teve início a crise imobiliária nos Estados Unidos, que atingiu em primeiro momento as economias desenvolvidas.

Foi lançado então o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a política para o desenvolvimento do então governo. Os objetivos do novo programa eram especificamente o de acelerar o crescimento econômico, aumentar a oferta de empregos, e melhorar as condições de vida da população brasileira, prevendo investimentos nas áreas de energia, infraestrutura e logística.

Com a intenção de afirmar a soberania nacional dentro do sistema internacional, a estratégia de política exterior durante o governo Lula foi, principalmente a escolha do multilateralismo. O presidente esteve inteiramente ligado à diplomacia nacional e realizou inúmeras viagens para fóruns internacionais, um total de 261 viagens ao exterior.

Depois de ter criticado o seu antecessor pelo excesso de viagens, ele também parece ter sucumbido a uma “diplomacia presidencial” – embora o conceito não seja

utilizado, justamente para evitar aproximações com os métodos utilizados anteriormente – e, de fato, a agenda de viagens ao exterior, bem como as visitas de alto nível recebidas em Brasília, jamais foram tão intensas, em qualquer época da diplomacia brasileira. (ALMEIDA, 2007, p.13).

A diplomacia brasileira foi posta a serviço do desenvolvimento do país e do comércio exterior brasileiro, como afirma Souza,

É possível demonstrar, até matematicamente, que a política exterior do governo Lula, que rompeu o alinhamento automático com os EUA e buscou fortalecer a unidade da América do Sul e aprofundar as relações diplomáticas com a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul e o Oriente Médio, além de um maior estreitamento dos laços com vários países da União Europeia, cumpriu papel decisivo no espetacular aumento das exportações. (SOUZA, 2008, p.312).

Toda essa política voltada para o comércio exterior teve extrema importância no sentido de dinamizar a economia brasileira, pois a diversificação resultou no aparecimento de novos mercados e na intensificação das nossas exportações.

A política Sul-Sul<sup>3</sup> levou o Brasil a estreitar ainda mais os laços com países da América Latina, principalmente com os países membros do Mercosul e países subdesenvolvidos, com o objetivo de criar aliança para concorrer com os países de primeiro mundo perante o cenário internacional. A política vivenciada pelo país fez com que os governantes reavaliassem duas relações com as grandes potências (ALMEIDA, 2004). Os resultados dessa reavaliação foram a retomada das relações com o Japão, melhoras na convivência com a União Europeia e estabelecimento de ajustes burocráticos junto aos Estados Unidos. É importante ressaltar que, mesmo que o Brasil estivesse estabelecendo laços, o principal objetivo era tornar possível o crescimento econômico sem tornar a economia nacional dependente de nenhuma outra economia.

O Brasil, desde 2003 passou a intervir nas crises políticas como, na Venezuela onde o país atuou como líder do “grupo de amigos da Venezuela” ajudando a encontrar uma solução para os conflitos entre o governo Chávez e a oposição sem violação da democracia. Também na Bolívia, onde trabalhou em conjunto com a Argentina na mediação do processo de transição Lozada-Mesa, e participou estabilizando as rebeliões em 2005 que levaram a novas eleições. E no Haiti, onde o Brasil liderou a missão de paz da ONU (MINUSTAH) (LIMA e HIRTS, 2006).

As atividades da diplomacia presidencial na região foram constituídas não só de ajudas, mas também podem ser traduzidas pelas várias viagens realizadas pelo presidente Lula da Silva aos países vizinhos, e seus diversos encontros com a liderança regional. Essa orientação da

---

<sup>3</sup> De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) 2015, cooperação Sul-Sul é: “[...] a modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes.”. (s/p)

política externa brasileira contribuiu para o estreitamento dos laços entre os países sul-americanos (PRAZERES, 2006).

Em 2004, foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) como iniciativa brasileira, e demonstra o quanto os países estavam determinados a desenvolver o espaço sul-americano interna e externamente, com destaque para integração física e energética. A Declaração de Cuzco, documento de criação da Comunidade, prevê o aprofundamento da relação entre Mercosul, CAN e o Chile, por meio de uma zona de livre comércio (PRAZERES, 2006).

Com o objetivo de elevar o grau de compromisso com a integração na região, em 2007 a CASA passou a denominar-se UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). Sobre isso, e numa constatação dos interesses na projeção do papel do Brasil em termos globais, o chanceler brasileiro afirmou:

Reconhecemos que o destino do Brasil está ligado a seus vizinhos da América do Sul. A vertente regional é vital para nós. A integração sul-americana é e continuará a ser uma prioridade do Governo Brasileiro. O aprofundamento do Mercosul e a consolidação da União Sul-Americana de Nações são parte desse processo. Uma política pró-integração corresponde ao interesse nacional de longo prazo. Ao mesmo tempo em que nos percebemos latino-americanos, e mais especificamente sul-americanos, reconhecemos a singularidade brasileira no contexto mundial. Não há nisso incompatibilidade alguma. A posição do Brasil como ator global é consistente com a ênfase que damos à integração regional e vice-versa. Na realidade, a capacidade de coexistir pacificamente com nossos vizinhos e contribuir para o desenvolvimento da região é um fator relevante da nossa projeção internacional. (AMORIM,2007)

O governo tem consciência então, de que a integração é necessária não só para beneficiar a própria região, mas para a projeção do próprio Brasil no cenário internacional. Afinal, uma região em desenvolvimento tem muito mais peso na política internacional se estiver integrada (PRAZERES, 2006). Assim, a opção da política externa brasileira pela América do Sul é diferente da postura adotada em governos anteriores, como a do Pan-americanismo no governo JK, pois o objetivo não é apenas uma aproximação entre a região e os Estados Unidos, mas também a busca por melhores condições e superação de desigualdades, através de uma inserção mundial propícia à região. Com criação de normas internacionais que permitam um desenvolvimento digno aos países mais pobres.

O governo Lula adotou como um de seus objetivos de política internacional, a criação de uma “nova geografia comercial”, uma geografia estabelecida para promoção dos países em desenvolvimento e sua inserção no mercado mundial. A mesma estratégia está ligada a ideia de investida nacional para área econômica: a Cooperação Sul-Sul. (PRADO, 2007).

Durante os anos 1960 o Brasil, juntamente com países como Índia e México, tiveram papel de destaque na coordenação da coalizão terceiro-mundista. Seus interesses correspondiam especialmente à constituição de um sistema de comércio e desenvolvimento da economia, por meio de reformas contra a desigualdade. Tendo consciência de que as desigualdades não poderiam ser tratadas com igualdade (SOUZA de LIMA, 2005). Contudo, a política terceiro-mundista brasileira jamais se desvinculou da órbita capitalista ocidental. O interesse principal era econômico e, as negociações eram feitas em defesa de seus princípios de cooperação e desenvolvimento. Princípios como apoio a norma comercial de não-discriminação e da nação mais-favorecida, princípios como a implantação de normas como o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, e a norma de não-reciprocidade (LIMA, 2003, 2005).

Dos anos 1980 em diante, a postura brasileira foi de prevenção de danos, ou seja, de impedir ou retardar procedimentos que diferenciasssem os países em desenvolvimento, que enfraquecessem as normas multilaterais, que ampliassem questões normativas do regime de comércio. Esta fase inicial da cooperação entre os países do Sul durou aproximadamente trinta anos, e não atingiu os objetivos de autossuficiência econômica e nem o de independência política. Os países em desenvolvimento entraram em uma grande dívida externa, devido as altas taxas de inflação, mais a questão das crises do petróleo da década passada, e ainda os aumentos das taxas de juros internacional.

As dificuldades enfrentadas com a crise da dívida, fez com que as relações da cooperação entre os países do Sul fossem sendo deixadas em segundo plano uma vez que, os países tinham que priorizar seus interesses enquanto nação, cuidar em primeiro lugar dos problemas e consequências internos. Essa situação toda fez com que os países despertassem para a necessidade de estabelecer interesses concretos para a cooperação, assim sofreriam menos retaliações em uma eventual crise (LIMA, 2005).

Apenas no fim da década de 90, foi que houve ressurgimento da cooperação Sul-Sul. As coalizões tiveram como impulso, o compromisso que os países tinham em comum para atingir as Metas do Milênio em 2015, a decepção sofrida com os modelos de desenvolvimento do modelo tradicional, e os sinais de recuperação e ganhos econômicos em alguns países em desenvolvimento, como por exemplo o Brasil.

No caso do Brasil, o novo impulso à cooperação Sul-Sul pode ser evidenciado a partir do crescimento da autonomia do Itamaraty, e também com a criação do G20 que se formou na V Conferência Mundial da OMC em Cancun, no ano de 2003, representando a coalizão terceiro-

mundista, mas agora com o foco nos interesses agrícolas dos países em desenvolvimento (LIMA, 2005). Segundo o chanceler brasileiro na época, Celso Amorim, a reunião do G 20

(...) marca um ponto de inflexão na dinâmica interna da [OMC] onde, tradicionalmente, o que era decidido pelas grandes potências comerciais era visto como o consenso inevitável. (...). As postulações da maior parte da humanidade não puderam ser ignoradas. [A partir de então] as negociações se processarão de maneira mais equilibrada e menos unilateral. (AMORIM, 2003b, s/p)

Sendo o Brasil um dos líderes do G20, as ações do grupo passaram a ter novo papel para o desenvolvimento dos países em questão. Os países em desenvolvimento ganharam espaço para discutir questões do comércio internacional, e passaram a ter uma posição ativa neste contexto, podendo decidir com mais liberdade sobre suas ações e estratégias, bem como defender seus interesses como por exemplo, o principal deste período que eram os interesses agrícolas (CERVO e BUENO, 2008).

A formação do G20 representa para o Brasil o retorno à atuação diplomática voltada para a cooperação Sul-Sul, e às negociações de concessões comerciais com os parceiros do Norte. Para o Brasil de Lula, a Conferência Ministerial de Cancun representou sua emergência como poder global, porque o Brasil passou a determinar também as regras do comércio internacional (LIMA,2005). Nas palavras do chanceler brasileiro, “A criação do G20 mostrou que a cooperação Sul-Sul não é um objetivo irrealista ou ultrapassado, e que pode ocorrer sem ser movida por razões ideológicas, mas por uma visão pragmática, baseada em interesses concretos e legítimos” (AMORIM, 2005, s/p).

Um outro ponto importante da cooperação Sul-Sul é a cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD), coordenada no Brasil pela ABC- Agência Brasileira de Cooperação, desde o ano de 1987. A cooperação técnica praticada pelo Brasil entre países em desenvolvimento, procura seguir os parâmetros da própria política externa brasileira, além de ser uma cooperação centrada no fortalecimento institucional da parceria.

A CTPD merece destaque para seu caráter não-lucrativo, portanto, mesmo que ela possa contribuir na relação econômica entre os países parceiros, ela está desvinculada de interesses comerciais, e de condicionantes econômicos. (ABC, 2018). No governo Lula, as atividades de CTPD ganharam maior ênfase em função das instruções da chefia do Itamaraty. No mesmo período (2003-2010) houve o revigoramento da proximidade do Brasil com os países latino-americanos, africanos e asiáticos. O governo agiu em busca do fortalecimento de lações com os países ao sul, impulsionando a cooperação Sul-Sul, atuando muitas vezes como país-chave

na cooperação técnica e criando situações que beneficiavam o desenvolvimento de outros países. Prova disso, foram as realizações das Cúpulas propostas pelo Brasil.

As cúpulas são exemplo da atuação brasileira no cenário mundial, quando o Brasil ocupando seu lugar de destaque internacional e regional, trabalhou pela promoção dos países em desenvolvimento e pela cooperação Sul-Sul. Representando uma importante inovação do governo Lula, a respeito desta questão então, foram realizadas as cúpulas entre América do Sul e Países Árabes (ASPA) que ocorreu pela primeira vez em 2005, e entre América do Sul e a África (ASA) que aconteceu no ano de 2006 pela primeira vez.

A ação brasileira durante o governo Lula estava basicamente pautada na criação de uma *nova geografia comercial internacional*, ideia que era constantemente utilizada nos discursos do próprio presidente, e também do seu chanceler Celso Amorim. Porém, o Brasil queria também almejava uma posição de reconhecimento e poder no cenário internacional. E isso motivava a constituição de coalizões nas arenas internacionais (RIEDIGER,2010), assim como o estreitamento das relações com os países do Sul e a busca de um mundo multipolar.

Desde então, ou seja, desde o início do governo Lula em 2003, o Brasil tem mantido intensidade na aproximação com essas duas regiões, universalizando sua própria política externa, e incrementando a cooperação Sul-Sul. O país busca o desenvolvimento próprio juntamente com o desenvolvimento da América do Sul toda, já que optou por trabalhar junto com seus vizinhos e não isoladamente (RIEDIGER,2010). Para isso, diversas viagens presidenciais, e de ministros ou representantes diplomáticos, foram realizadas em consonância com as cúpulas.

Com relação a estrutura, outro aspecto importante do Governo Lula foi a abertura de Delegações Permanentes, Repartições Consulares e, novas Embaixadas, principalmente na África, Caribe e Ásia. Um total de trinta Embaixadas com estrutura física, e outras cinco em divisão com outras representações, e duas Delegações Permanentes: Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) (CASTRO,2009).

A Cooperação Sul-Sul inclui então, a formação de alianças e coalizões, acordos de comércio, processos de integração regional, cooperação científica e tecnológica, e cooperação para o desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul que o Brasil ofereceu, e em partes ainda oferece, configurou estilo próprio de cooperação horizontal transmitindo e trocando conhecimentos e políticas com outros países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que o Itamaraty sustentava a conexão entre ajuda ao desenvolvimento, apoio ao governo, e a promoção da paz. “Para o Brasil, a CSS combina motivações de política externa com a

capacidade de atender a demandas de assistência técnica específica e ao mesmo tempo pretende evitar a reprodução das lógicas de assistência Norte-Sul” (HIRST e LIMA, 2010).

A transição para a década de 1990, caracterizou-se pela afirmação e integração da nova ordem neoliberal. No Brasil, foi considerada a década da reestruturação capitalista. Uma década de reformas estruturais na economia brasileira, conduzida pela aliança política PSDM-PFL.

No Brasil, o neoliberalismo iniciou tardiamente, combinado com a crise dos sindicatos e as transformações do mundo do trabalho como mudanças na classe trabalhadora e suas representações. Monopólios privados tiveram mais espaço para agir e impuseram uma dinâmica nova para a relação entre os estados, as empresas e os trabalhadores (ARAUJO, 2002).

O projeto neoliberal no Brasil colocou-se como o único projeto capaz de inaugurar um novo modelo para o desenvolvimento, o que só ocorreu de fato durante a década seguinte no governo petista. Nessa época foi recomposta grande parte da riqueza brasileira (FERREIRA, 2010), movida por transferência ou por privatização. Por isso, a agenda brasileira neoliberal durante o governo FHC era dirigida por três importantes instrumentos econômicos: abertura econômica; privatização; desregulamentação do Estado. O governo inclusive criou agências especiais para tratar o tema, mas pela falta de capacidade de cobrar regras públicas do sistema competitivo, elas foram apenas um espectro do que realmente foi planejado.

Já a década de 2000 foi a década da contestação da financeirização e da barbárie social, principalmente na América Latina (ECONOMIA E SOCIEDADE, 2014). Nesta década, com o surgimento dos movimentos antiglobalização nos EUA e na Europa, e ainda com a inauguração do Fórum Social Mundial em Porto Alegre no Brasil, os países estavam demonstrando descontentamento com a nova ordem econômica conduzida pelo capital financeiro global, que era feita através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Foi então, que teve início na América Latina, a contestação do processo neoliberal, e começaram a ser propostas novas alternativas de desenvolvimento do capital, visto que a economia mundial enfrentava uma crise estrutural, a financeirização da riqueza capitalista, e a própria falência do modo de desenvolvimento neoliberal.

O Brasil, já considerado polo mais desenvolvido da América Latina, e o elo mais forte do imperialismo no Cone Sul, deu início sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) ao seu modelo alternativo ao neoliberalismo, o qual denominou-se neodesenvolvimentismo. A partir da eleição de Lula, o governo detectou a necessidade de construir um novo modelo de desenvolvimento que não fosse gerido pelos parâmetros neoliberais, fazendo do novo modo, uma nova frente política capaz de promover de fato, o desenvolvimento capitalista no país, a frente política neodesenvolvimentista (ECONOMIA E SOCIEDADE, 2014).

No entanto, durante o primeiro governo Lula (2003-2006) foram mantido os parâmetros macroeconômicos do neoliberalismo, mostrando o compromisso do novo governo em honrar os compromissos financeiros já assumidos pela União, e deixando claro assim, que o novo governo pós-neoliberal não tinha intenções contrárias ao capitalismo. O objetivo do novo governo era promover uma nova era do capitalismo no Brasil.

O neodesenvolvimentismo era “a afirmação periférica do reformismo socialdemocrata, que atribuía ao Estado o papel de indutor da economia brasileira nas condições do mercado oligopolizado” (ECONOMIA E SOCIEDADE, 2014, p.27). Assim, o Estado capitalista brasileiro assumiu a função primordial de Estado financiador e investidor, capaz de constituir corporações de capital privado nacional aptas para a competição no mercado mundial. Desta maneira, o Estado utilizava a perspectiva neodesenvolvimentista através da disciplina fiscal e monetária para servir aos interesses da União em promover crescimento rápido e de sustento à economia brasileira.

Como foi demonstrado ao longo do texto, os trabalhos da política externa brasileira tiveram avanço significativo durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, por meio de uma diplomacia focada no eixo Sul-Sul. Foi aberto o espaço para diálogos econômicos, políticos e sociais, com vistas a utilização destes como ferramenta para a integração regional e para o desenvolvimento interno e internacional, também para dar continuidade aos esforços diplomáticos que envolviam o tema da integração, dando maior ênfase para países emergentes, como é o caso da cooperação com Cuba. No próximo capítulo será exposta a história de Cuba e apresentados fatores que servirão de auxílio para o entendimento da relação entre os dois países.

#### 4. CUBA

Neste capítulo serão apresentadas as principais características políticas, econômicas e diplomáticas cubanas, tratando desde seus problemas e acontecimentos externos até seu posicionamento e presença nos cenários regional e internacional.

A economia cubana é intimamente relacionada aos setores primários, sustentada por produtos de origem agrícola como cana-de-açúcar, tabaco, arroz, algumas frutas e inclui também a pecuária, onde se desenvolve a criação de bovinos, equinos, aves e suínos.

A divisão política administrativa de Cuba conta com 15 províncias, 168 municípios e 1 município especial, que é a *Isla de La Juventud*. A capital de Cuba é Havana. A ilha é administrada por seu único partido político, que é o Partido Comunista Cubano (PCC). Cuba é o único país do ocidente que utiliza o sistema de governo socialista (FREITAS, 2014). Assim como no Brasil, o poder nacional cubano também é dividido de forma tripartida, onde o poder executivo é composto pelo Conselho de Estado e pelo Conselho de Ministros, o legislativo pela Assembleia Nacional do Poder Popular e o judiciário pela Corte de apelação de última instância.

Cuba é conhecida no cenário internacional por seus grandes feitos na área da educação e da saúde, sua taxa de alfabetização é máxima, chega a 99,8%, esse índice rendeu ao país reconhecimento internacional em certificação de erradicação do analfabetismo pelo UNESCO (BRASIL EXPORT, 2018). Desde o estabelecimento de um partido único, o país deu origem a um sistema de serviços sociais nas áreas de saúde e educação, totalmente garantido pelo Estado.

Na segunda década do século XVI, Cuba era habitada por comunidades primitivas de diferentes níveis econômicos e sociais. Durante o período de 1512-1550, a atividade econômica estava concentrada na *isla Fernandina de Cuba*, de onde eram extraídos os escassos metais preciosos da região (CEPAL, 2005). Entre 1550 e 1700, a principal atividade econômica foi a venda de matérias primas para as fabricas do ocidente.

A exploração por parte da metrópole Espanhola, do açúcar e do tabaco cubanos, ocorreu de forma livre até meados do século XIX, quando a população cubana iniciou um processo de revoltas a fim de se tornar independente. Em seguida teve início a chamada Guerra dos Dez Anos, a primeira guerra cubana, que terminou com vitória por parte da Espanha no ano de 1878.

Em 1895, foi iniciada uma segunda guerra pela independência de Cuba. Essa guerra sofreu intervenção de tropas enviadas pelos Estados Unidos, que se declararam vencedores da disputa. No ano de 1902, Cuba se tornou República, mas ainda não tinha conquistado o status de independente, visto que as tropas americanas ainda estavam em seu território.

Com fins de excluir de uma vez por todas o domínio estadunidense, novas revoltas iniciaram-se em 1953 e, no dia 1º de janeiro de 1959, o Exército Rebelde liderado pelo comandante e chefe Fidel Castro, conquistou a vitória.

No ano de 1961, Fidel Castro declara a ilha de Cuba uma ilha marxista-Leninista. A partir deste momento quem governa Cuba é o Partido Comunista Cubano (PCC)<sup>4</sup> e Cuba estando dentro da área de influência soviética, passa a fazer parte do bloco socialista. Contrariando assim, os interesses dos Estados Unidos.

Imediatamente após o triunfo da revolução, o novo governo traçou metas e estratégias para o desenvolvimento econômico e social. Por conta da falta de experiência e o bloqueio econômico, nem todos os planos deram certo logo de começo, mas conforme a necessidade, novas estratégias foram lançadas em prol do desenvolvimento cubano e de sua inserção nas relações econômicas internacionais com os países socialistas. O programa inicial de transformação estrutural previa basicamente medidas de viabilização de uma política econômica independente, já que era neste âmbito que se encontrava maior influência, principalmente dos Estados Unidos.

A partir de 1970, ao passo que Cuba alinhava-se política e ideologicamente com a União Soviética, o governo cubano perdeu grande parte de sua própria autonomia político-ideológica, pois, a semelhança na luta contra o capitalismo imperialista e a aproximação econômica acabaram resultando em uma condição de dependência. A maior prova desta dependência foi a dívida cubana. A União Soviética praticamente financiava Cuba (REIS, 2010) nas áreas de comércio, energia, infraestrutura, tecnologia, entre tantos outros aspectos essenciais para sobrevivência.

Com a desintegração da União Soviética na passagem dos anos 1980-1990, o governo cubano, outra vez, passa a dar maior ênfase ao nacionalismo revolucionário como meio de legitimação da revolução, do que ao socialismo, mesmo sem deixar de reconhecer o caráter socialista da mesma. Assim sendo, o ideal nacionalista fundamentou a ideia de que manter o governo revolucionário, asseguraria a soberania cubana. Após o desaparecimento da URSS e das demais repúblicas socialistas, Cuba começou a viver um momento de incertezas, que colocavam em dúvida a capacidade do governo de Fidel frente à nova conjuntura mundial. Fazia-se necessário estabelecer novas estratégias e iniciar novos esforços para retomar a

---

<sup>4</sup> Em 1961 os setores “comunistas” do MR26/7 e do Diretório Revolucionário se unificaram com o Partido Socialista Popular nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI). Em 1962 as ORI evoluíram para o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC) que, em 1965, transformou-se em Partido Comunista de Cuba (POMAR, 2016, p.56).

confiança no socialismo e na própria força cubana, para sobreviver mesmo que sem a aliança com a União Soviética. Para esse fim, Cuba aderiu ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM)<sup>5</sup> dos países socialistas.

As reformas implantadas tiveram ampla participação popular, as medidas tomadas levaram em consideração os interesses das massas menos favorecidas. O Estado cubano passou a agir em prol dos trabalhadores e do povo, abandonou a doutrina oficial ateísta para tornar-se um Estado laico e aprovou eleição direta para a composição das Assembleias. Apesar das mudanças geradas a partir das novas medidas implementadas pelo governo, a crise econômica estagnou o desenvolvimento cubano e destruiu parte do seu capital social (POMAR, 2016), fazendo dos primeiros anos do período especial, os mais desesperadores para o povo, que passou a ter que enfrentar uma luta diária para a sobrevivência material.

A recuperação econômica, a partir de meados dos anos 1990, com um crescimento médio anual de 5%, permitiu ao país resolver os problemas mais dramáticos de escassez e manter razoavelmente intactos os serviços públicos de educação e saúde, reconhecidos por sua universalidade e qualidade. A vida cotidiana dos cubanos, no entanto, continuou ditada pelo sacrifício pós-soviético: os recursos gerados pela sociedade, em especial as divisas com exportações, pagam as contas da rede social montada pela revolução, mas são insuficientes para a prosperidade dos indivíduos. (POMAR, 2016, p.69).

Tudo isso como fruto da falta de investimentos externos, o retorno do dólar quando à economia passou a ser de moeda dupla, aumentando as desigualdades e as debilidades do mercado de trabalho.

A economia cubana foi aberta a investimentos estrangeiros em empresas mistas de áreas prioritárias. A obtenção de divisas estrangeiras deixou de ser penalizada, com isso criando-se uma economia monetária dual e um mercado estatal paralelo para arrecadar divisas. O governo autorizou o trabalho por conta própria, incentivou a produção privada camponesa e incrementou o turismo estrangeiro<sup>10</sup>, que subiu em 18% ao ano desde 1989, passando de um fluxo de 340 mil pessoas naquele ano para 1,77 milhão em 2000, tornando-se a principal alavanca do crescimento econômico. Através de associação com empresas estrangeiras, a ilha voltou a ter autossuficiência energética. A produção de níquel, cobalto, tabaco e bebidas começou a ter acesso ao mercado internacional. (POMAR, 2016, p.69).

O âmbito político também precisou sofrer modificações, pois a rigidez ideológica que o sistema político apresentava anteriormente, já não se encaixava com os novos tempos. O PCC

---

<sup>5</sup> O Comecon, que os cubanos chamam de CAME, foi fundado em 1949 para realizar a integração econômica e o comércio das nações socialistas do Leste Europeu. Foi formado tendo como membros a União Soviética, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia. Posteriormente, Cuba e o Vietnã participaram dessa organização (POMAR, 2016).

como órgão dirigente do Estado apresentou as reformas com forma de viabilizar o recrutamento das demandas da sociedade e legitimar sua posição.

As reformas foram paulatinamente obtendo êxito e, a partir de 1994, Cuba conteve o que poderia ser o fim do seu sistema e assegurou uma melhoria em seus padrões. Cuba resistiu à todas as dificuldades supracitadas, graças ao apoio da população que ainda tinha enraizado dentro de si o mesmo nacionalismo que deu origem ao processo revolucionário que mudou a história de Cuba,

Afinal, apesar de pequena e desprovida de recursos naturais, e de haver se desenvolvido num entorno geopolítico muito hostil, Cuba conseguiu aumentar a participação de seus cidadãos na vida política e social, proporcionou sistemas de educação e de saúde que atendem prática e gratuitamente a toda a população, e criou um sistema de segurança social que permite amparo à maioria esmagadora da população. (POMAR, 2016, p.69).

Com efeito, o nacionalismo mostrou-se como ponte de ligação entre as massas e o regime independentemente da situação, tornando próxima a realidade da manutenção das conquistas do socialismo, principalmente as que diziam respeito às políticas contra desigualdade, o acesso universal aos sistemas de saúde e de educação e os indicadores sociais.

O destaque da experiência cubana se deu graças à capacidade que o governo juntamente com a sociedade teve para resistir às pressões internas durante todo esse período de mudanças, principalmente por meio do oferecimento de condições dialogais participativas, representativas e decisórias entre o povo e seu governo.

O país passou a demonstrar interesse pela multilateralidade comercial e esse. Entre outros interesses, o fizeram participar assiduamente das Reuniões das Cúpulas Ibero-americanas, o levaram a se inserir na CARICOM, a se aproximar do MERCOSUL e da Comunidade Andina (CAN). Todas essas novas ações, contribuíram para que Cuba fosse vista com outros olhos pelos países no sistema internacional, que passaram a considera-lo como possível aliado, o que para Cuba era muito bom, pois, assim, diminuiria o risco de voltar ao isolamento econômico e político em que vivia anteriormente (POMAR, 2016).

Desde a Revolução (1959), Cuba sofreu intensas transformações internas que remodelaram sua estrutura política econômica e social. Essas modificações tiveram relação direta com a inserção internacional do país. No caso de Cuba, já que o seu governo era um governo centralizado e marcado pela falta de unidade, o Estado foi considerado o principal ator nesta atividade de integração do país ao sistema internacional.

O governo cubano, assim como o brasileiro buscou desde o início a formulação de uma política externa que favorecesse e alavancasse seus próprios interesses. Para isso, o governo

comprometeu-se em apoiar revoluções para emergência de regimes que fossem favoráveis a mesma causa e que diminuíssem a coerção do governo norte-americano sobre a revolução cubana. O objetivo era de projetar as possibilidades de mudanças profundas de estrutura, e construir alianças de combate ao imperialismo americano na região. Nesse sentido, justifica-se a prioridade dada a região latino-americana. A manutenção das relações formais com México e Canadá, o reestabelecimento das relações com Argentina e Brasil e a maioria dos outros países desta região, além da manutenção de laços com países europeus como França e Itália.

A política externa cubana tinha como prioridade a criação de recursos econômicos, políticos e ideológicos que garantissem a sobrevivência da revolução. Para este fim, o governo desenvolveu uma política de cunho global e ativista que buscava a manutenção de relações com países latino-americanos para evitar o isolamento regional. Ampliou e diversificou seus laços diplomáticos para se inserir em organismos multilaterais e tornar-se um ator global (ALZUGARAY, 2003).

Cuba se esforçou para melhorar as relações que havia estabelecido com a maioria dos países, não mediu esforços para que essas relações se mantivesse e se fortalecessem ao longo do tempo, pois a intenção era estabelecer o maior número de relações com o maior número de países pelo mundo. O esforço do governo cubano era também para livrar-se do isolamento pretendido pelos EUA para seu país e, aproveitar as oportunidades que essa política trazia de aprimoramento das relações com países que não eram comunistas. Essa postura pode ser mantida até o final dos anos 80, interagindo com as diversas manifestações revolucionárias que atingiram a América Latina, quando com o fim da URSS o país foi obrigado a rever seus conceitos e estratégias de política externa já que a nova ordem global tinha como hegemonia o seu maior inimigo. Os elementos centrais da política externa cubana precisaram adaptar-se ao novo contexto internacional e aos problemas internos que a ilha passou a enfrentar, principalmente na área da economia.

No decorrer da década de 90, Cuba teceu uma rede de apoios nos planos bilateral e multilateral. Esses apoios permitiram que o país não fosse mais visto como marginalizado no cenário internacional. Se no início desta década o país enfrentou severas dificuldades que foram desde a derrocada do socialismo real europeu até o corte de financiamentos e benefícios recebidos do bloco soviético, fazendo parecer impossível sua sobrevivência, no início do século XXI os trabalhos foram em torno do reconhecimento de possibilidades de manutenção dos seus ganhos sociais e criação de novos meios de competir no mundo globalizado.

Assim, o país diversificou suas relações econômicas internacionais com vários sócios e reduziu a dependência que orientava suas relações desde a independência. Manteve ainda, papel

de protagonista em processos de pacificação de guerrilhas no continente. Cuba obteve apoio contra o embargo americano, e soube fazer bom uso destes apoios sem permitir interferência em seus assuntos do âmbito interno.

O país obteve êxitos consideráveis com relação aos seus objetivos de política externa, como por exemplo a manutenção da soberania e da autodeterminação, que possibilitaram o início do resgate da economia e a ampliação de laços com a comunidade internacional por meio da participação em fóruns e organismos internacionais. Pôde manter sua capacidade de defesa, mesmo que agora sem o auxílio da URSS, o país soube se defender e incorporar sua força militar no serviço pela recuperação da economia e pelos desafios internos que enfrentava.

Fidel Castro deixou o governo de Cuba em 2008 por motivos de saúde. O poder passou para as mãos de seu irmão Raul Castro, que já ocupava o cargo de Ministro da Defesa desde 1959 e também havia assumido o Ministério do Interior desde a época do período especial da economia cubana.

Posteriormente a sua posse, Raul Castro deu início ao alinhamento de política econômica e social no país, retomando principalmente as negociações com os Estados Unidos, com o objetivo de que este excluísse o bloqueio comercial à ilha (POMAR, 2016). O bloqueio prosseguiu, mas Cuba retomou as relações diplomáticas com os Estados Unidos e reafirmou sua busca por reformas e seu compromisso com o socialismo.

O presente capítulo demonstrou através da análise da política externa cubana, os esforços do governo revolucionário em conviver com as mudanças internas pró-socialismo e, ao mesmo tempo trabalhar por sua inserção no contexto internacional. O país necessitou criar uma estrutura qualificada e capaz de fomentar os interesses e desafios emergentes com a revolução, uma estrutura que acima de tudo, conciliasse os interesses cubanos com o conhecimento e crescimento da política internacional.

## 5. A RELAÇÃO BRASIL-CUBA

Este capítulo tem como objetivo explorar as condições da relação Brasil-Cuba, trazendo o contexto histórico desta relação e a diplomacia empregada por ambos os países em prol da mesma.

A relação entre Brasil e Cuba se insere na dinâmica da política externa Brasileira em relação aos países do Sul, especialmente da América Latina. O crescimento das relações entre estes países foi fortemente incentivado desde o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil. Não que não tenha existido bons momentos desta relação durante outros governos anteriores, mas, foi neste período em que se deu o aprofundamento das relações entre ambos os países, a partir do ordenamento da política externa de cada país, como vimos nos capítulos anteriores.

### 5.1 Histórico das relações bilaterais Brasil-Cuba

As Relações entre Brasil e Cuba se firmaram em 1906, no Rio de Janeiro, durante a III Conferência Internacional Americana. Durante a primeira metade do século XX, as relações estavam concentradas em torno do mercado internacional do açúcar (BEZZERA, 2012). Essa característica da relação entre os dois países foi mantida durante as décadas de 1930 e 1940, seguida por uma baixa densidade nas ações bilaterais por ambas as partes. E, apesar de em meados das décadas de 50 e 60 a situação ter ficado diferente, ainda assim não correspondeu exatamente à ligação entre os dois países, senão às razões de política interna de cada um.

Segundo aponta Abreu, tanto o Brasil, quanto Cuba não viam a relação entre eles como prioridade: “O relacionamento político bilateral era obviamente afetado pela distância, pela dificuldade de comunicação e pela recíproca pouca prioridade dos respectivos países na agenda de política externa” (ABREU, 2000. p. 234-235). Esse quadro toma nova forma, a partir da década de 50 60, com o advento da Revolução Cubana que, passa a determinar a maioria das relações bilaterais e internacionais uma vez que, a ilha passa a fazer parte do cenário da Guerra Fria, que na época era o que geria o cenário internacional.

Durante o governo de Jânio Quadros, a dinâmica entre os países recebeu nova motivação, pois Cuba, indiretamente contribuiu para o surgimento de um novo aspecto da política externa brasileira, a Política Externa Independente (PEI):

Jânio Quadros formulou a PEI em um momento conjuntural adequado no âmbito hemisférico, pois se aproveitou do receio dos EUA de que a América Latina escapasse

de sua órbita de influência a partir da crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba. [...] Ao enfatizar o direito que têm os povos à autodeterminação, reivindicava-se para o país mais liberdade de movimento no cenário mundial, tendo em vista os interesses econômicos nacionais. (CERVO; BUENO, 2002, p.310).

Porém, um grave problema enfrentado durante o governo de Jânio, era a adoção de duas posturas diferentes ao mesmo tempo, o presidente tinha uma postura moralista e conservadora no que dizia respeito à política interna do país e, como foi visto no parágrafo anterior, no que dizia respeito a política externa, o mesmo apoiava a autodeterminação e autonomia dos povos no cenário internacional. Essa dificuldade em combinar as duas opiniões políticas, esteve presente até o momento de sua renúncia (BEZZERA, 2012).

Já no período do governo de João Goulart, a questão cubana adquire novo sentido para a política nacional, pois, uma vez que teve início a Crise dos Mísseis em 1962, a ilha caribenha passou a priorizar as relações bilaterais no sentido de resolver seus problemas com as superpotências, anulando assim o valor da oferta que o Brasil tinha feito anteriormente de servir como mediador para tais conflitos. Essas mudanças tiveram resultados para o Brasil também. Atingindo especificamente os rumos da PEI, como demonstra Bezerra,

[...] Teve como uma de suas consequências o esvaziamento da proposta de mediação do Brasil entre as superpotências, uma vez que, a partir de então, estas passaram a buscar resolver seus litígios através de frequentes contatos diplomáticos bilaterais, inaugurando o período de distensão internacional conhecido como *détente*. A consequência disto para o Brasil foi a inviabilização da “barganha nacionalista” com os EUA, levada a efeito desde o período Vargas, e a ascensão, em lugar desta, retórica desenvolvimentista [...] (BEZZERA, 2012, p.195).

Com a instauração do regime militar após o golpe, a política externa brasileira acabou sendo modificada, seus objetivos tomaram outros rumos e entre eles o retorno do alinhamento com os Estados Unidos, que conseqüentemente, rompeu com as relações diplomáticas entre Brasil e Cuba. Segundo Bezerra (2012), do ponto de vista brasileiro, o rompimento aconteceu, pois, o ideal comunista cubano estava sendo incorporado nas suas relações diplomáticas e isso não podia interferir na política brasileira. Do ponto de vista cubano, pode-se dizer que mesmo que já fosse previsto esse rompimento, não era exatamente o que os cubanos queriam, mas estes também não estavam dispostos a abrir mão de sua ideologia por ações diplomáticas.

As relações diplomáticas entre Brasil e Cuba foi reestabelecida somente no governo Sarney, em 1986, com destaque para a ação dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países. Particularmente, por parte do Brasil isto se fez possível já que Cuba não era mais vista como ameaça a segurança nacional (BEZZERA, 2012). Para Cuba, se tratava da retomada do seu processo de inserção internacional e, especialmente, regional, sendo que após vinte anos de isolamento, poderia voltar a manter relações com um país com quem tinha interesses comuns

e o qual tinha mais autonomia no cenário global. Para ambos os países, essa retomada representava que ainda existia convergência de interesses, ainda que em alguns aspectos.

Em se tratando ainda dos anos 80, Vasconcelos aponta as dificuldades do reestabelecimento de tais relações: “Entre os aspectos mais relevantes do contraste entre Brasil e Cuba contrastam, desde logo, pela natureza dos regimes políticos vigorantes, sendo diferentes os aliados e os parceiros principais de cada um deles. Assim também pelas dimensões do produto bruto e a orientação de consumo” (VASCONCELOS, 1991, p.188).

Em 1989 e 1990, quando a questão comercial se tornou fundamental para os países, os mesmos assinaram dois acordos que, diminuía as restrições e aumentavam o campo de oportunidades. O segundo, foi assinado durante o governo Collor, foi um acordo de caráter científico-tecnológico em que se estabelecia a troca de informações, de especialistas e de tecnologias (VASCONCELOS, 1991). Ainda durante o período do governo Collor, a relação Brasil-Cuba sofreu alguns momentos de mal-estar, que demonstraram que apesar de Cuba estar fortemente interessada em aprofundar cada vez mais suas relações bilaterais, o Brasil que vivia um momento de difíceis decisões internas, estava mais preocupado em resolver seus desafios e acabou deixando sua ligação com Cuba em segundo plano.

As relações foram novamente impulsionadas durante o próximo governo. Durante o governo Itamar Franco, Cuba teve uma dívida de aproximadamente U\$ 40 milhões perdoada pelo Brasil, que ainda votou pela condenação do embargo dos EUA sobre Cuba na Organização das Nações Unidas (ONU) e fez um discurso contra o próprio Estados Unidos durante a Cúpula Ibero-Americana em Cartagena, no ano de 1994, ações que abriram caminho para perspectivas de cooperação nos governos que se seguiram e que demonstraram ao longo do tempo, o quanto a questão cubana se tornou importante para a diplomacia brasileira.

A seguir, o governo de Fernando Henrique Cardoso, teve como características de sua política externa, a ideia de “*autonomia pela participação*”, onde todo o potencial brasileiro fora investido em prol de sua definitiva inserção no sistema internacional, principalmente, incorporando novos temas a agenda nacional (SILVA *et al*, 2015). Nessa lógica de posicionamento, a política externa de FHC foi fortemente julgada por Cervo (2006), que considerou que ela foi norteada por princípios de democracia, abertura econômica e estabilidade monetária.

O governo Lula, iniciou seu trabalho promovendo mudanças graduais nas estratégias da política externa brasileira. O então presidente optou por não estabelecer mudanças drásticas na estrutura da PEB, mas sim uma mudança de rumos para que o foco da mesma, fosse a retomada da inserção internacional, mas com fim de promover o desenvolvimento nacional.

Em seu primeiro discurso, o presidente Lula apresentou tamanha ênfase que seria dada à política externa durante seu governo,

No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. (Discurso de posse do presidente Lula em 1º de janeiro de 2003. FUNAG/2018).

Ainda em seu discurso de posse, o então presidente, falou claramente que a prioridade da PEB em seu governo seria a construção de uma América do Sul politicamente estável. Seu desejo era de que todos prosperassem na mesma medida, uma América unida e que trabalhasse com base nos ideais da democracia e justiça social. Para isso, seriam ainda valorizadas as organizações multilaterais, especialmente a ONU, responsável pela preservação da paz e da segurança entre as nações.

A política externa instaurada pelo governo Lula se diferenciava da política usada anteriormente principalmente por dois motivos. O primeiro corresponde a questões internas, de redefinição do papel do Estado como promotor do desenvolvimento social. O presidente empenhou-se em promover negócios brasileiros no cenário internacional: “Pela primeira vez, concebia-se a internacionalização da economia brasileira como movimento de expansão de empresas no exterior, com o apoio logístico do Estado” (CERVO, 2006, p.27). E o segundo, referindo-se às questões internacionais de superação da vulnerabilidade decorrente dos déficits da balança de pagamentos e do comércio exterior, por meio da valorização da experiência histórica do Itamaraty e da busca por reforços para “a capacidade de negociação internacional”<sup>6</sup> (CERVO, 2006, p.27).

O Brasil impulsionou mecanismos de integração regional quando contribuiu para a revitalização do MERCOSUL, a criação da UNASUL e, mais recentemente, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Como já foi dito, o foco principal era a América Latina e, isso ficou claro quando até o ano de 2007, cerca de 60% das viagens presidenciais concentraram-se na região (VILLA; VIANNA, 2007). Assim, os territórios Latino-americanos e caribenho se tornaram os principais polos do comércio exterior brasileiro,

---

<sup>6</sup> Segundo Cervo: Três padrões de conduta foram sacrificados pela fase anterior: a independência de inserção internacional, o realismo evoluído para pragmatismo e o desenvolvimento nacional como vetor da política externa. Lula os recuperou, em certa medida, reforçando ainda os demais componentes do acumulado: autodeterminação e não-intervenção, com solução pacífica de controvérsias, juridicismo, cordialidade oficial no trato com a vizinhança, parcerias estratégicas como eixos privilegiados de ação externa e multilateralismo normativo (CERVO, 2006, p.28).

fazendo a inserção de Cuba um fator importante a se destacar. Esse contexto, em que se destacam as ações do comércio exterior brasileiro com relação à América Latina e o Caribe, é que se torna possível entender de maneira mais próxima da realidade, as relações entre Brasil e Cuba.

A política cubana por sua vez, depois de sofrer as consequências do colapso do bloco soviético e ter que enfrentar grave crise no século XX, desenvolveu um processo de recuperação da sua economia, e no que diz respeito ao âmbito internacional, Cuba estabeleceu alianças com outros países a fim de superar o isolamento que vivenciava, inserindo-se assim no cenário internacional (SILVA *et al*, 2015).

Outro elemento fundamental para a política cubana foi a transição de poder no ano de 2008, quando houve a substituição de Fidel Castro, por seu irmão Raul Castro no governo da nação. Essa mudança simbolizou para o país um perfil de ações pragmáticas para responder aos desafios de ordem interna e externa,

Cuba iniciou o século XXI sujeita a um importante reajuste de seu sistema político, devido à doença de Fidel Castro e à transferência constitucional dos seus poderes a Raul Castro, que se encarregou de afirmar que não reproduzirá exatamente a forma de dirigir e governar de seu predecessor. Ao mesmo tempo, tanto Raul Castro como os líderes políticos, militares e econômicos concordam com o conselho básico articulado e defendido por Fidel Castro: independência e soberania nacionais não só perante os Estados Unidos, mas também perante outros actores internacionais; manutenção do sistema econômico-social fundamentalmente socialista com uma forte defesa das conquistas sociais; estruturação de um governo próprio, participativo e democrático alheio aos vícios presentes em sistemas de outras latitudes; e uma economia diversificada e vinculada a diferentes parceiros comerciais e financeiros (ALZUGARAY TRETO, 2007 *apud* SILVA *et al*, 2015).

A política externa cubana dá início ao seu processo de atualização, tendo como base, primeiramente, a reestruturação de suas questões internas, principalmente as demandas sociais e econômicas. A mudança na liderança significou um momento de renovação e de estabelecer novas alianças, diversificando as estratégias de relações externas da ilha.

Outro ponto da política externa cubana, seria a prática de firmar melhores acordos comerciais, estabelecendo relações intensas com a União Europeia e os BRICS, em especial Brasil e China. Para isso, a política externa de Cuba, fez uso de sua renomada qualidade na área da medicina e do seu conjunto biotecnológico, com destaque para BioCubaFarma, a empresa cubana que fabrica medicamentos e biotecnologia, da qual o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos principais compradores.

Desde que foram reestabelecidas as relações diplomáticas entre Brasil e Cuba em 1986, os países viveram intensas trocas e visitas bilaterais<sup>7</sup> (REZENDE, 2010). No ano de 1998, os países criaram o Mecanismo Permanente de Informação e Consultas Brasil-Cuba, institucionalizando então, as relações bilaterais nos mais diversos campos.

Também no governo Lula, especificamente no ano de 2003, foram assinados doze atos internacionais entre os Estados, durante uma visita do presidente brasileiro à ilha. Esses atos diziam respeito à própria cooperação bilateral entre os países, sobre temas como educação, saúde, pesca, turismo, cooperação técnica, meio-ambiente, indústria e agropecuária. E ainda, alguns acordos sobre concessão de linhas de crédito para que Cuba importasse alimentos do Brasil, outros sobre liquidação de débitos e também, compromissos assumidos com relação a medicina na área de saúde, certamente se destacaram na agenda das relações bilaterais Brasil-Cuba no período estudado aqui.

Quando da terceira visita do presidente Lula a Havana, em 2008, os países celebraram contrato entre a Petrobras e a Cupet, a estatal de petróleo cubana. Em 2008 também, durante a Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, foi a vez do Presidente Raul Castro retribuir a visita, sendo esta a sua primeira visita de Estado ao território brasileiro. Nesta feita, 33 países da região comprometeram-se em trabalhar por questões de desenvolvimento e integração.

## 5.2 Relações comerciais

De acordo com Vanessa Brunow (2011), as relações Brasil e Cuba tiveram um avanço surpreendente após a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, pois a partir deste momento, a política externa brasileira apropriou-se de um novo delineamento político e econômico, somando esforços para aprofundar suas relações internacionais. Com relação a Cuba especificamente, relações diplomáticas e econômicas, dando a Brasil, o segundo lugar dos países da América Latina que estabeleceram negociações comerciais com a ilha cubana. Dados do Ministério do Desenvolvimento e Comercio Exterior (MDIC) mostram o crescimento das exportações do Brasil para Cuba foi aproximadamente seis vezes maior (496%) no período de 2003 a 2010.

---

<sup>7</sup> As relações entre os dois países têm atravessado, desde o governo Lula, um momento particularmente positivo. Foram vários encontros e acordos assinados entre os países, selando o compromisso entre ambos, como pode ser visto nos apêndices ao final desta pesquisa, alguns mais recentes, outros mais antigos, e outros ainda vigoram. Acordos de cooperação técnica, e vários outros temas, evidenciando a importância dada pelos países a essa relação bilateral.

Quadro 1: RELAÇÕES COMERCIAIS BRASI → CUBA (2003-2010)

Brasil	Cuba	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (jan-mar)
<b>Intercâmbio</b>		<b>92,0</b>	<b>177,4</b>	<b>284,6</b>	<b>375,4</b>	<b>412,6</b>	<b>572,2</b>	<b>330,6</b>	<b>71,3</b>
Exportações		69,6	132,1	245,7	343,8	323,9	526,8	277,2	52,3
Importações		22,4	45,3	38,9	31,6	88,8	45,4	53,4	19,0
Saldo		47,2	86,8	206,9	312,2	235,1	418,5	223,8	33,3

Fonte: MRE (2018, s/p).

Essa mudança na balança comercial se justifica com relação a Cuba, pelo fato de que, o crescimento econômico das últimas décadas não foi suficiente para suprir as necessidades do país a ponto de diminuir a dependência das importações. E, a medida encontrada pelo governo foi a de estabelecer acordos internacionais que favorecessem a entrada de novos produtos estrangeiros essenciais a sua economia. E, com relação ao Brasil, a mudança na balança comercial se justifica, pois o mesmo tem aumentado sua posição de país exportador, vendendo e implantando empresas nacionais por todo solo latino-americano. A intensificação do comércio entre os países se deu após o investimento brasileiro no Porto em Mariel.

O porto está localizado na chamada *Zona Especial de Desarrollo Integral Mariel (ZDIM)*, que fica a 20 quilômetros de Havana. O porto é considerado altamente sofisticado (BRESSAN, 2017) e tem capacidade para receber navios de todos os tipos, inclusive os maiores dos que circulam pelo Canal do Panamá.

Por ter sua localização a 150 quilômetros dos Estados Unidos, o Porto Mariel configura-se ponto estratégico para as companhias brasileiras, já que sua posição geográfica torna tudo mais acessível, tanto para a contratação de mão de obra barata, como a instalação de empresas nesta região de tamanha importância (REZENDE, 2010).

O Porto de Mariel consiste na maior e mais custosa obra em Cuba. A obra foi executada empreiteira brasileira Odebrecht em parceria com a cubana Quality, custando 957 milhões de dólares, sendo 682 milhões de dólares financiados pela agência brasileira de desenvolvimento, o BNDES. Grande parte deste valor, por volta de 800 milhões de dólares investidos na obra, foram gastos no próprio Brasil, através da compra de bens e serviços, gerando 156 mil empregos diretos, indiretos e induzidos no país. (BRESSAN, 2017, p.475).

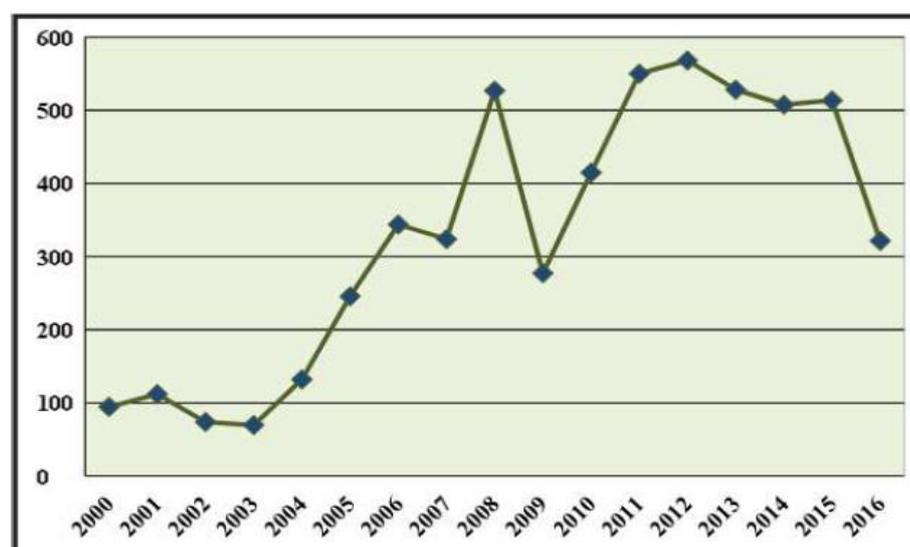
Em 2011, o presidente Lula se encontrou com as autoridades cubanas a fim de manter a confiança na relação de investidor, uma vez que Cuba havia solicitado um adiantamento para a obra e o Brasil havia negado alegando que os investimentos seriam enviados de acordo com o desenvolvimento da obra. Neste encontro, Lula garantiu a Raul Castro que o financiamento seria mantido e que a presidente Dilma Rousseff honraria os acordos feitos anteriormente com

relação a tal financiamento. Em troca Raul afirmou que também honraria seu compromisso com a dívida que tinha para com o Brasil, a partir dos ganhos com o embargo americano (BRESSAN, 2017). O ex-presidente brasileiro retornou a Cuba no ano de 2014, a convite da empresa responsável pela obra, a Odebrecht e se comprometeu em ajudar o governo cubano a conseguir mais investimentos com o BNDES, mas suas tentativas foram falhas, visto que o Brasil já enfrentava dificuldades econômicas e o governo não aprovou novos gastos com Cuba.

Quando o Brasil decidiu fazer mais esta parceria com Cuba, ficou conhecido como um investidor de grande influência, isso significou muito para o país que, estava atuando em um ponto onde os americanos não tinham total influência, já que Donald Trump (2017-2020) atual presidente dos EUA, não tem interesse em desfazer o embargo econômico que mantém em relação a Cuba.

O bom relacionamento comercial entre Brasil e Cuba, vem ocorrendo ao longo da história. Como pôde ser observado, não é um acontecimento recente, nem vem apenas do governo Lula. Mas, com certeza, todo o investimento no empreendimento citado anteriormente, concretizou o estreitamento desta relação nos últimos anos, abrindo oportunidades para novos investimentos (BRESSAN, 2017). O Brasil alcançou terceiro lugar na lista de parceiros de Cuba. O comércio entre os países se intensificou, assim como também as relações econômicas e também as políticas. Como já foi dito anteriormente, o ano de 2008 foi um ano extremamente favorável para as exportações de produtos primários a Cuba. Mesmo com a queda no ano de 2009, as exportações brasileiras foram ligeiramente retomadas, e atingiram seu ápice em 2012 (US\$ 568 milhões), mantendo-se até 2015. Vejamos,

**Figura 1:EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA CUBA (em milhões de \$/FOB)**



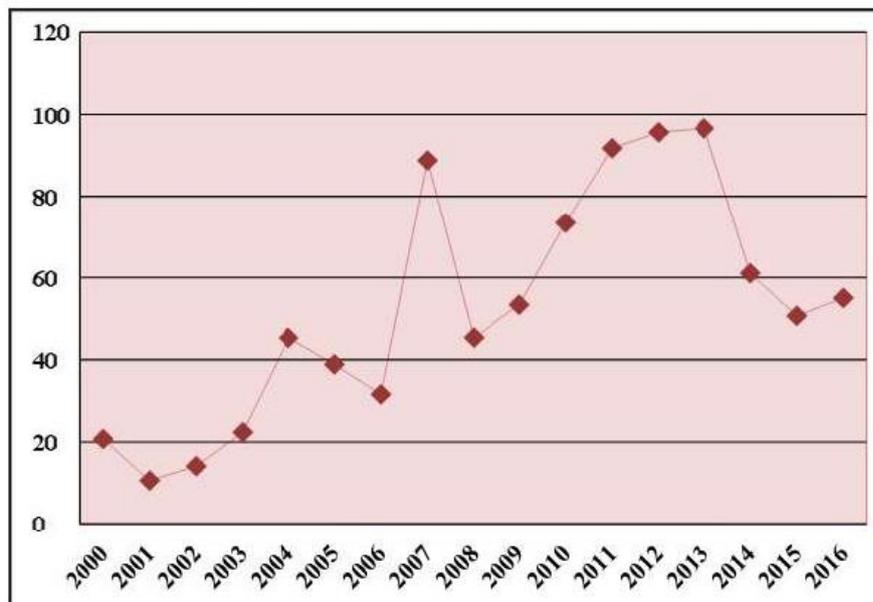
Fonte: BRESSAN, 2017, p.478.

Os principais produtos brasileiros exportados para Cuba são *commodities*: carnes e frangos, soja, milho, arroz e café, cereais, borracha e ferro, nesta ordem. E também tem a exportação de produtos manufaturados como máquinas, calçados e utensílios de marcenaria e carpintaria (MDIC, 2018).

De acordo com Bressan, “as importações brasileiras de Cuba apresentaram a mesma tendência. Houve um aumento significativo da importação de produtos cubanos desde 2000, com aumento expressivo em 2008 e entre 2010 e 2013” (2017, p.478). E foi, mais uma vez, posteriormente as obras do porto, quando houve o momento de ápice desta relação comercial, alcançando o valor aproximado de US\$ 100 milhões (MDIC, 2018).

O Brasil, ainda que em menor quantidade, também importa produtos cubanos, em grande parte produtos farmacêuticos como medicamentos e vacinas, mas também importa tabaco, bebidas e produtos da indústria química.

**Figura 2: IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CUBA (em milhões de \$/FOB)**



Fonte: BRESSAN, 2017, p.479.

Ainda que, os resultados destas relações comerciais bilaterais garantam grande fluxo comercial e, atenda aos interesses dos dois países, o saldo do comércio entre Brasil e Cuba, é bastante favorável à economia brasileira, como podemos observar no próximo gráfico. Apesar de que não se pode desconsiderar o declínio deste comércio a partir de 2015, período em que o Brasil enfrentou crise econômica e política no âmbito interno. Esse declínio pode ser justificado a partir das observações da queda do preço das *commodities*, dificuldades na recuperação da

crise, mudanças e rupturas nos objetivos de política externa acompanhando a mudança de governo. Mesmo assim, os avanços conquistados na relação comercial bilateral entre estes países, garante constante interesse de ambos em promover um fluxo comercial ainda mais forte.

**Figura 3: SALDO COMÉRCIO BRASIL E CUBA (em milhões de \$/FOB)**



Fonte: BRESSAN, 2017, p.480.

Vale destacar que, para além do investimento nas relações comerciais, cresceram também interesse de empresas brasileiras em investir em solo cubano. Empresas do ramo da alimentação como JBS, Brasil Foods, Bauducco e Vilheto, empresas de serviço de construção como Cosil e TendTudo, entre outros setores (BRESSAN,2017).

Por fim, nota-se que todos os resultados e mudanças supracitados, foram possíveis pelo fato da abertura e flexibilização (REZENDE, 2010) da economia cubana, sinalizando os benefícios da aproximação bilateral entre os dois países. Contudo, os resultados da maioria das relações comerciais apresentadas representadas pelos Atos Bilaterais entre o Brasil e Cuba, demonstram que o Brasil muito mais prestou auxílio a Cuba, do que se beneficiou destes acordos. Ao contrário, por meio de seus investimentos financeiros, políticos e intelectuais, o país possibilitou a geração de novos empregos, o aperfeiçoamento da mão de obra local cubana e supriu em alguns casos, as necessidades produtivas fornecendo materiais escassos na ilha.

Vimos então, que o novo ordenamento político, as novas diretrizes de política externa e a situação econômica dos países, suscitaram o aperfeiçoamento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba e, o estabelecimento de medidas que proporcionaram uma relação positiva e próspera em sua maioria. O Brasil pôde se tornar um dos principais países que comercializam

com a ilha cubana. De acordo com dados do MDIC, as exportações do Brasil para Cuba cresceram 496% entre 2003 e 2010, quase 6 vezes maior do que era anteriormente. E o crescimento não foi apenas na área das exportações, mas também na instalação de empresas brasileiras em Cuba, a partir da Zona de Desenvolvimento Integral de Mariel.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de estudos e pesquisas sobre o tema das relações entre países e o uso da diplomacia, se deve em grande parte a atenção dada ao tema a partir dos estudos de Joseph Nye, que concebeu o termo *Soft Power* como forma de apresentação de política externa dos Estados por meio do poder de atração de sua ideologias e cultura, ao contrário do *Hard Power*, que previa as manifestações de política externa absolutamente por meio de força bruta. Entende-se que para atingir estratégias de política externa efetivas por parte dos Estados, deve haver um equilíbrio entre esses dois poderes. Nesse sentido pode-se destacar a diplomacia presidencial exercida pelo presidente Lula, que não deixou de ser usada como ferramenta de um poder brando, criando empatia e minimizando diferenças existentes entre os países. E ainda cabe destacar a importância que a cooperação Sul-Sul mais especificamente tinha para o presidente, fazendo jus ao estreitamento de laços com Cuba, por exemplo.

A nova realidade, trazida pelo fenômeno da globalização desde o final do século passado, mostrou que tem força suficiente para causar as mais diversas mudanças, tanto no cenário internacional, quanto a cada Estado em particular, especialmente em consequência do modo em que cada um responde as pressões causadas por tal fenômeno. Neste trabalho vimos das experiências vividas pelos países latino-americanos, que os processos de integração podem servir de resposta a essas mudanças. Vimos também que países que percebem as vantagens trazidas pela cooperação, como os países estudados em questão, alcançam mais facilmente os benefícios de tal modelo de relação e principalmente, atingem os objetivos de seu interesse.

O presente estudo teve por objetivo analisar as relações bilaterais entre Brasil e Cuba durante o período de 2003 até 2010, apontando os aspectos gerais da economia e diplomacia de cada um dos países e, expondo as estatísticas de política externa e balança comercial entre os países durante o período selecionado. O estudo perpassa as mais importantes iniciativas da política externa brasileira em direção a Cuba, sobretudo intensificadas durante o período supracitado.

A relação de cooperação entre Brasil e Cuba, é uma relação que vai além de uma simples negociação intergovernamental, é uma experiência que produz mudanças no comportamento do Estado. Apesar da complexidade dos temas tratados nos acordos e da disparidade no desenvolvimento de um país comparado ao outro, os governos ao longo de sua história, desde 1906, encontraram pontos de convergência. A conjuntura da região favoreceu, sem dúvidas, para que houvesse tamanho envolvimento por parte dos Estados, pois trouxe à tona a carência de se tratar como prioridade temas sociais além dos econômicos, para bem do desenvolvimento

da região. De mais a mais, a própria estrutura organizacional dos Estados, foi participando e, aos poucos se adaptando com a integração entre os países.

A apuração dos resultados de uma relação, inclusive de relações bilaterais, procede da valoração que cada país tem para com o outro, do nível de interesse, da disponibilidade em estabelecer laços históricos, do comércio, das potencialidades, do que se espera da outra parte. No caso dos dois países abordados neste trabalho, a relevância da sua proximidade só foi alcançada após a Revolução Cubana. Contudo, os primeiros anos desta relação foram de desconfiança a até mesmo de rompimento derivado de algumas diferenças ideológicas apresentadas pelas partes, especialmente no período de governos militares brasileiros.

A política externa apresentada pelo governo Lula adotou ações com ênfase na integração regional, destaque no cenário internacional e a política de cooperação Sul-Sul como parte da diplomacia presidencial. Nesse sentido, o Brasil intensificou suas relações políticas e comerciais com a América Latina e, nesse aprofundamento encontrou espaço para intercâmbio comercial com Cuba que, procurava realizar reformas políticas para o desenvolvimento de seu comércio exterior e a diversificação de parcerias comerciais. Assim, ambos os países puderam relacionar em alguma medida seus interesses por meio da cooperação e investimentos brasileiros na ilha de Cuba. O governo de Lula foi fundamental no fomento das relações do país com toda a América Latina e também as relações Brasil-Cuba, pois o presidente defendeu desde o início o estabelecimento de uma região próspera e justa.

A cooperação entre os países em desenvolvimento é outra justificativa para as relações entre os países, baseado na percepção de que os países dependentes podem compartilhar experiências bem-sucedidas uns com os outros. Isso foi possível através da criação da CTPD (Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento), que conta com a participação de empresas públicas e privadas e tem como uma de suas principais diretrizes a não interferência nos assuntos internos das nações. A CTPD objetiva promover o autossustento dos países em desenvolvimento sem estabelecer condicionantes para o auxílio. No caso do Brasil e de Cuba isso tornou-se realidade a partir da criação da Agência Brasileira de Cooperação, que estabeleceu relações diferentes das relações de cooperação técnica convencionais, diferenciou-se por rejeitar o caráter desigual entre prestador e receptor substituindo este, por uma relação de parceria efetiva.

Nesse sentido, a solidariedade e a política considerada altruísta brasileira, com base na exportação do modelo de desenvolvimento inclusivo, criaram situações de vantagem para a internacionalização de empresas brasileiras, de crescimento da balança comercial e de fortalecimento da presença internacional de setores de expansão do capitalismo brasileiro. Essa

solidariedade estava tão somente ligada a investimentos que Cuba precisava, era uma colaboração financeira por parte do Brasil, uma solidariedade de cunho comercial, pois o Brasil decidiu apoiar um país que outros países não apoiavam. Uma solidariedade de via de mão dupla, pois rendeu bons frutos para a economia e o comércio brasileiros também. Inclusive porque a presença brasileira em Cuba implica um senso de oportunidade, com expectativas de vantagens competitivas sobre outras economias que possam se aproximar, como por exemplo China, Rússia, Espanha ou Estados Unidos.

Portanto, assim como os objetivos deste trabalho, a pergunta da pesquisa pôde ser respondida, deixando claro que houve sim um impacto consideravelmente grande da política externa brasileira durante o governo Lula nas relações bilaterais entre Brasil e Cuba. Esse impacto se deu por meio principalmente dos temas de comércio, onde neste trabalho pudemos ver que no comércio bilateral como um todo, a relação Brasil-Cuba não teve grandes problemas com os temas de logística e infraestrutura, pois o que era preciso nessas áreas e Cuba não tinha, as próprias empresas brasileiras investiram e levaram até a ilha caribenha. Com destaque também para o apoio do Itamaraty e do Ministério das Relações Exteriores que, juntamente com o governo brasileiro, não mediu esforços na viabilização dos meios necessários à estabilidade das relações diplomáticas entre os Estados.

Assim, para além dos dados da balança comercial Brasil-Cuba, que foi notadamente observada como favorável ao Brasil, mesmo que não se devesse afirmar que Cuba era meramente parte receptora desta relação, a política externa do presidente Lula, ainda que de forma simbólica demonstrou sua independência por meio de investimentos nos diversos setores do mercado cubano e, principalmente nos interesses e investimentos de empresas brasileiras nas obras do Porto de Mariel. Abrindo novos caminhos para as economias de ambos os países.

Partindo da ótica do campo político, sem dúvidas o período de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi, até então o de maior adensamento das relações Brasil-Cuba. Isso não quer dizer que nos governos anteriores não foi dada a devida importância, mas esta afirmação demonstra também o impacto das medidas da política externa do então presidente nas suas relações com Cuba, por meio da aproximação estabelecida por sua diplomacia, uma aproximação dada pela identificação política entre os dois países, resultado do multilateralismo adotado pela política de relações internacionais do governo Lula. Deve-se ainda destacar que esse multilateralismo, foi um diferencial da postura desse governo, um multilateralismo efetivo, tão diversificado a ponto de estabelecer relações com países como Caribe, Cuba e alguns pequenos países africanos.

E posteriormente, considerando que nesse período além do crescimento econômico e comercial com o desenvolvimento da balança comercial dos países, também foi o tempo em que foram criados e utilizados os canais de diálogo entre as chancelarias, isto é evidenciado desde as inúmeras viagens trocadas entre os representantes das relações exteriores (e até os presidentes) dos dois países, até os resultados políticos e diplomáticos que puderam ser experimentados por ambas as partes.

Os laços foram fortalecidos como resultado da convergência política de abertura do mercado internacional e a projeção internacional por parte do Brasil e, pela recuperação da economia e estabelecimento de novas parcerias no caso de Cuba. As relações entre os países foram bastante positivas e prósperas, convergindo também politicamente com relação a importância da integração regional, entre outros temas de agenda internacional.

Assim as relações Brasil e Cuba atingiram um novo patamar no que diz respeito aos seus interesses. O Brasil, além da relação de simpatia ideológica dos últimos governos, demonstrou autonomia na atuação internacional, reafirmando o princípio de autodeterminação. Assim também se percebe o compromisso construtivo tanto em termos políticos quanto em termos econômicos como garantia da presença brasileira no novo momento vivido na ilha cubana.

As relações econômicas entre os dois países, foram de fato consolidadas a partir do governo de Raul Castro (2008), que adotou medidas para a reforma do modelo econômico cubano. Abrindo espaço à iniciativa privada, o que resultou na instalação de empresas brasileiras em Cuba, possibilitando também novas parcerias entre ambos os países. Como por exemplo, no setor de obras e infraestrutura com a Companhia de Obras subsidiária da Odebrecht em Cuba.

A questão dos investimentos, causou grande repercussão. Mesmo com a ideia da relação de cooperação entre os países, do ponto de vista estratégico, os investimentos foram feitos com vistas ao potencial da região. Cuba proporcionou facilidades à instalação de empresas no local do Porto, e o Brasil que havia estado ali desde o começo, pode se beneficiar disso. A ideia de se estabelecer ao redor do porto e de lá exportar diretamente para os países da América Central e principalmente aos Estados Unidos, desperta interesses ainda maiores.

Os investimentos feitos no porto de Mariel resultaram em grande visibilidade a esta relação bilateral. E também aumentaram a influência brasileira na ilha inclusive, durante o governo pós-Lula de Dilma Rousseff, grande parte de relações econômicas frutíferas foram mantidas, como o próprio porto, o Programa Mais Médicos, entre outros. Porém, a política externa de seu governo apesar da expectativa de continuidade, foi de enfraquecimento nas relações regionais. Atualmente, no âmbito político as relações Brasil-Cuba estão estremecidas.

A tendência desde o início do governo Temer é de enfraquecimento das relações econômicas, principalmente no que diz respeito aos investimentos brasileiros na ilha.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas. **Carta Internacional**, v. 2, n. 1, p. 03-10, mar, 2007. ISSN 25269038. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/404>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

ALZUGARAY, C. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. 2003, *Política Internacional*, 1(1), pp. 14-32.

AMORIM, Celso. A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

\_\_\_\_\_. Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura OPSA, n 4 mar.2005. Disponível em: [http://observatorio.iuperj.br/artigos\\_resenhas/Artigo%20Celso%20Amorim.pdf](http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Artigo%20Celso%20Amorim.pdf) Acesso em: 27.mai.2018

ARAÚJO, Angela (org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. ISBN 852300095X. Disponível em: < [http://funag.gov.br/loja/download/43-Paz\\_e\\_Guerra\\_entre\\_as\\_Nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/43-Paz_e_Guerra_entre_as_Nacoes.pdf) >. Acesso em: 10 abr. 2018.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. ISBN 8571395497.

BAER, W. **A economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2009. ISBN 9789463045476.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **História do Dinheiro no Brasil**. 2010. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/HISTDIN>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BEDIN, G. A. Estado, cidadania e globalização do mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos. In: OLIVEIRA, O. M. (Org.). **Relações internacionais e globalização: grandes desafios**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

BEZERRA, G. H. M. **Brasil-Cuba: Relações Diplomáticas no Contexto da Guerra Fria (1959-1986)**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em:

<[http://funag.gov.br/loja/download/638-Brasil\\_-\\_Cuba\\_Relacoes\\_Politico\\_-\\_Diplomaticas\\_no\\_Contexto\\_da\\_Guerra\\_Fria.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/638-Brasil_-_Cuba_Relacoes_Politico_-_Diplomaticas_no_Contexto_da_Guerra_Fria.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL EXPORT. **Indicadores Econômicos – Cuba**. s/d. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoreseconomicos/indcuba.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018.

BRESSAN, R. N. As relações Brasil e Cuba: das vantagens econômicas à retração política. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 6, n. 3, p. 469-490, set./dez., 2017. ISSN: 2237-7743. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/6767>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

BRUNOW, V. O. A relações político-econômicas entre Brasil e Cuba durante o governo Lula: solidariedade ou expansão do capital transnacional. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 1, n. 3, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/34>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**: Um estudo da ordem na política mundial. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. ISBN 8523006354. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade\\_Anarquica\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CANCIAN, R. **Governo Itamar Franco (1992 - 1994)**. UOL Educação, 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-itamar-franco-1992-1994-fhc-inicia-plano-real.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CASTRO, Flavio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história de organização do Itamaraty (1808 a 2008)**. Brasília: FUNAG, 2009. Vol. I e II.

CERVO, A L. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. **Relações Internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Cia World Factbook**. 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/cu.html>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

DEVÉS VALDÉS, E. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad.** Buenos Aires: Biblos, 2004.

DISCURSO de posse do Presidente Lula em 1º de janeiro de 2003. Disponível em: <[www.funag.gov.br/loja/download/505-discursos\\_selecionados\\_lula.pdf](http://www.funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2018.

ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finesterra**, n 84, p.47-65, 2007. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1421/1117>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

FERNANDES, F. **Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana.** São Paulo: Expressão popular, 2007. ISBN 9788587394958

FREITAS, E. D. **O Socialismo.** Mundo Educação, 2015. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/o-socialismo.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Editora nacional, 1991.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira.** Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1999.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Cooperação Sul-Sul.** 2015. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/cooperacao-sul-sul>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_. **O mundo na era da globalização.** Lisboa: Presença, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

HIRST, Monica. **Países de renda média e a cooperação Sul-Sul: entre o conceitual e o político.** In: LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica (org.). Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HIRST, M.; LIMA, M. R. S.; PINHEIRO, L. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Revista Nueva Sociedad**, Especial em português, p. 22-41, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa político do Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://atlascolar.ibge.gov.br/mapas-atlas/mapas-do-brasil/federacao-e-territorio>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=censodemog2010\\_relig](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=censodemog2010_relig)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Extensão territorial**. 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/paisesat/main\\_frameset.php](http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População Total. 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/paisesat/main\\_frameset.php](http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Cursos do Instituto Rio Branco**. 2014. Disponível em: <<http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LACERDA, A. C. *et al.* **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa Brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política internacional**, vol. 48, no1, pp.24-59,2005.

\_\_\_\_\_. A política externa brasileira e os interesses internacionais. **OPSA**.2008. Disponível em: [http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/98\\_artigos\\_2008-05\\_Pol%C3ADtica%20Externa%20e%20Interesses%20Nacionais.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/98_artigos_2008-05_Pol%C3ADtica%20Externa%20e%20Interesses%20Nacionais.pdf). Acesso em 17.mai.2018

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. **Integração moderna**. Análise de conjuntura OPSA, n1, janeiro 2006. Disponível em: [http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/14\\_](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/14_) Acesso em: 17.mai.2018

MAGALHÃES, J. C. **A Diplomacia Pura**. Lisboa: April, 1982.

MAGALHÃES, J. C. **Manual Diplomático**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Disponível em: <[http://minhateca.com.br/pedroassisteixeira/LIVROS/LIVROS+E+ARTIGOS/DIPLOMACIA/MANUAL++DIPLOM\\*c3\\*81TICO+-+JOS\\*c3\\*89+CALVET+MAGALH\\*c3\\*83ES,109982450.pdf](http://minhateca.com.br/pedroassisteixeira/LIVROS/LIVROS+E+ARTIGOS/DIPLOMACIA/MANUAL++DIPLOM*c3*81TICO+-+JOS*c3*89+CALVET+MAGALH*c3*83ES,109982450.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MANTZIKOS, I. **Brazil's Soft Power Dynamics in Africa**. Diplomatic Courier, 2012. Disponível em: <<http://www.diplomaticcourier.com/news/regions/africa/253-brazil-s-soft-powerdynamics-in-africa>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MARIANO, K. P. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**, São Paulo, v 71, p. 123-168, 2007.

MARIANO, K. L. P. **Nova visão das teorias de integração regional. um modelo para a América Latina**. 2004. Relatório de pesquisa (Pós- Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. F. (Org.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARRA, Terezinha Aparecida Mendes. **Integração latino-americana e sua inserção no mundo globalizado**. Revista Mosaico, v.1, n2, jul/dez. 2008.

MENDES MARRA, T. A. Integração Regional no Cone Sul: a experiência Argentino-Brasileira no século XX. **Estudos**, v. 31, n. 5, maio de 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Estatísticas de comércio exterior - DEAEEX**. s/d. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576%2>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Regimento Interno**. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/acesso-a-informacao/institucional/temas/acesso-a-informacao/institucional/regimento-interno-1>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Concórdia: base de dados de atos internacionais do Brasil**. s/d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?TituloAcordo=cuba>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MOLINA, J. M. G. **La economía cubana desde el siglo XVI al XX: del colonialismo al socialismo con mercado.** México: CEPAL, 2005. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4947/1/S050273\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4947/1/S050273_es.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MORGENTHAU, H. J. **A Política Entre as Nações.** São Paulo: Universidade de Brasília, 2003.

NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** Nova York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, M. G.. O Mercosul em busca de uma teoria de integração política. In: LIMA, M. C. (Org.). **O lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial.** São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, M. F. Conjuntura internacional e sua influência na constituição e desenvolvimento do Mercosul. In: VIGEVANI, T. (org.). **Mercosul: a emergência de uma nova sociedade.** São Paulo: Cedec, 2001.

POMAR, W. **Cuba: revolução e reforma.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. **A integração sul-americana, uma ideia fora do lugar? In O Brasil e a América do sul. desafios do século XXI.** Brasília.. Fundação Alexandre Gusmao, 2006

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. Uma análise da política externa do governo Lula da Silva. **Revista debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.60-80, jul.-dez. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/16561> Acesso em: 13.mai.2018

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; AYERBE Luis Fernando. **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações.** 1. ed. - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2015.

REIS, D. A. A Revolução e o Socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: QUADRAT, S; ROLLEMBERG, D. (Org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REZENDE, B. P. **As relações Brasil-Cuba: liberalização, integração e desenvolvimento.** Mundorama, 2010. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2010/09/19/as-relacoes-brasilcuba-liberalizacao-integracao-e-desenvolvimento-por-bruno-pereira-rezende/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

RIEDGER, Bruna Figueiredo. **A política externa do governo Lula e a estratégia de relações inter-regionais**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28389>. Acesso em 02.abr.2018

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEITENFUS, R. A. S. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SILVA, M. A. **et al**. Política Externa, Revolução e Desenvolvimento: um balanço das relações Brasil-Cuba. **Monções**, v.4, n. 7, jan./jun., 2015. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em: 06 abri. 2018.

SOUZA, N. A. **Economia Brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.

TASSARA, E. T. O.; DAMERGIAN, S. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. **Estud. Av.**, v.10, n. 28, São Paulo, set./dez. 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141996000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141996000300013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14 abr. 2018.

THE WORLD BANK. **Brazil**. 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/brazil>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

THE WORLD BANK. **Cuba**. 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/brazil>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

VASCONCELOS, L. L. Um repasse sobre as relações Brasil-Cuba. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 187-203, jul./dez., 1991.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, ago. 2007.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América Latina. **Lua nova**, São Paulo, n. 78, p. 37-75, out.

2009.

VILLA, R.;VIANNA, M. Política Externa do governo Lula: autonomia pela integração ou em busca de um novo paradigma. IN: ALBUQUERQUE, J. A. (Org.) **A Política Externa do Governo Lula (2003-2005)**. São Paulo: Marco, 2007.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2005.

WALTZ, K. N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

**APÊNDICE I**  
**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CUBA E BRASIL**

ANO	ATIVIDADE
1906	Estabelecimento das relações diplomáticas com Cuba
1959	Governo brasileiro reconhece o Governo revolucionário de Cuba
1961	Ernesto "Che" Guevara é condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul
1962	O Brasil abstém-se na votação que resultou na expulsão de Cuba da OEA – Conferência de Punta del Este
1964	Governo brasileiro rompe relações diplomáticas com Cuba
1985	Iniciam-se, de forma oficiosa, os contatos entre os Governos cubano e brasileiro
1986	Restabelecimento das relações diplomáticas (junho)
1987	Chanceler Abreu Sodré visita Cuba
1989	Presidente Fidel Castro visita o Brasil
1990	Brasil passa a se abster nas votações sobre os direitos humanos em Cuba no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU
2002	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Cuba
2003	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Cuba, ocasião em que são assinados 12 instrumentos de cooperação
2003	Assinatura do Protocolo sobre reconhecimento de diplomas na área de saúde
2004	Concessão de linhas de crédito para importações cubanas de alimentos do Brasil
2006	Chanceler Celso Amorim participa da XIV Cúpula do Movimento dos Países Não Alinhados em Havana
2006	Assinatura de Ajuste Complementar sobre Títulos de Medicina, em Havana
2008	Segunda visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Havana, ocasião em que são assinados acordos de cooperação em medicina, geologia e agricultura (janeiro)
2008	Chanceler Celso Amorim visita Cuba, ocasião em que participa de evento empresarial e se encontra com o Presidente Raúl Castro, entre outros interlocutores (maio)
2008	Terceira visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Havana, com inauguração do Centro de Negócios da APEX. Cuba declara apoio ao pleito brasileiro de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro)
2008	Em sua primeira vinda ao Brasil, Presidente Raúl Castro participa da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe para o Desenvolvimento e a Cooperação (CALC), na Costa do Sauipe, e realiza visita de Estado a Brasília (dezembro)
2010	Quarta visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cuba (fevereiro)

**APÊNDICE II**  
**Atos Bilaterais entre Brasil e Cuba 2003-2010**

<b>TÍTULO DO ACORDO</b>	<b>CELEBRAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Termo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área de Micro e Pequena Empresa	27/08/2003	Expirado
Acordo-Marco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	26/09/2003	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo	26/09/2003	Em promulgação
Memorando de Entendimento na Área de Saúde entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba	26/09/2003	Em vigor
Protocolo de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Meio Ambiente	26/09/2003	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto de Estudos para Manejo e Uso Racional dos Recursos de Águas Minerais (Águas Subterrâneas) SIAGAS - Cuba.	29/10/2004	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Avaliação e Diagnóstico sobre a Degradação Ambiental da Mina "El Cobre" de Cuba.	29/10/2004	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento Institucional do Ministério da Agricultura de Cuba na Área de Investigação Agropecuária.	29/10/2004	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto Fortalecimento das Capacidades Locais para Impulsionar a Economia Territorial das Províncias Cubanas no Marco do Programa de Desenvolvimento Humano Local de Cuba - PDHL.	29/10/2004	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS de Cuba - Fase II.	29/10/2004	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto Capacitação para a Aplicação de Geostatística na Exploração Mineira de Cuba.	29/10/2004	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto de Aplicação de Modelos Econométricos.	27/06/2005	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto "Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas".	05/12/2005	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República	07/12/2005	Em Vigor

Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto "Diplomado em Banca Comercial".		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para o Reconhecimento de Títulos de Medicina Expedidos em Cuba	15/09/2006	Situação especial
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Capacitação para o Uso de Tecnologia Sig na Análise e Edição de Cartografia geológica Digital em Cuba"	27/10/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Estudo da Degradação Ambiental da Mineração na Região de Santa Lúcia no Ocidente de Cuba"	27/10/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Utilização da Geoestatística para a Classificação de Recursos e Reservas Minerais em Cuba"	27/10/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba Implementação do Projeto "Diretrizes para a Validação de Métodos Alternativos para Detecção de Contaminantes Microbiológicos em Produtos de Interesse da Vigilância Sanitária e da Agricultura"	27/10/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Gestão Integrada de Águas Litorâneas".	27/10/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba - Fase I"	27/10/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Transferência de Metodologias para a Combinação de Resistência a Isolados de Begomovirus, Tospovirus e Nemátodos em Genótipos de Tomate com Qualidade Agrônômica Desejável"	13/07/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Diplomado em Banca Comercial - Fase IV"	13/07/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Aplicação de Modelos Econométricos - Fase II"	13/07/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas Avançadas para Determinação de Metais Pesados em Solos, Fertilizantes, Compostos Orgânicos e Plantas Hortícolas de Cuba - Controle de Qualidade"	13/07/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação	13/12/2007	Em Vigor

do Projeto "Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano em Cuba"		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Suporte Técnico e Extensão Institucional do Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIAGAS) em Cuba	15/01/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais do Ministério da Saúde do Brasil e do Ministério de Saúde Pública de Cuba"	15/01/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Brasil e Cuba para Implementação do Projeto "Assistência Técnica para a Produção de Soja em Cuba"	30/05/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Diplomado em Banca Comercial - Fase V"	26/09/2008	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Indústria Sidero-Mecânica de Cuba"	04/05/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto "Modelo Conceitual de Estrutura do Banco de Dados Geológicos da República de Cuba"	04/05/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto "Capacitação na Utilização de Derivados de Crédito como Instrumentos Financeiros de Controle de Risco Creditício"	04/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Colaboração no Setor das Tecnologias da Informação e das Comunicações	24/02/2010	Em Vigor
Protocolo Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área da Saúde	24/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Laboratórios Nacionais de Vigilância Sanitária do Brasil e de Cuba"	24/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do CECMED e da ANVISA na Área de Vigilância Sanitária"	24/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Capacidades Técnicas em Controle Biológico de Pragas Agrícolas entre Brasil e Cuba"	24/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação	24/02/2010	Em Vigor

do Projeto "Assistência Técnica para a Produção de Soja e Milho em Cuba - Fase II"		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Transferência de Metodologias para o Controle Genético de <i>Ralstonia Solanacearum</i> , <i>Begomovirus</i> , <i>Tospovirus</i> , <i>Potyvirus</i> y <i>Phytophthora Capsici</i> no Tomate e Pimentão"	24/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas Avançadas para o Beneficiamento de Sementes e Avaliação de Substratos Orgânicos Utilizados na Produção de Mudanças de Flores e Plantas Ornamentais de Cuba"	12/08/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Organização e Conservação de Provas, Amostras e Materiais Documentais Relacionados com as Investigações Geológicas para o Desenvolvimento de uma Litoteca em Cuba"	12/08/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sideromecânica de Cuba - Fase II"	12/08/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Apoio à Declaração do Patrimônio Geológico e Mineiro da República de Cuba"	12/08/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto "Apoio ao Processo de Diversificação Integral Agrícola e Industrial do Setor Açucareiro Cubano - Caprinovinocultura"	12/08/2010	Em Vigor